



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

**PAPEL DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO  
ORGÂNICA E DE BASE AGROECOLÓGICA NO DISTRITO FEDERAL  
E ENTORNO: PERSPECTIVAS DE DIFERENTES ATORES**

**MARÍLIA MERGULHÃO DE FREITAS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIO**

**BRASÍLIA/DF  
SETEMBRO/2024**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

**PAPEL DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO  
ORGÂNICA E DE BASE AGROECOLÓGICA NO DISTRITO FEDERAL  
E ENTORNO: PERSPECTIVAS DE DIFERENTES ATORES**

**MARÍLIA MERGULHÃO DE FREITAS**

**ORIENTADOR: JOÃO PAULO GUIMARÃES SOARES  
COORIENTADORA: ANA MARIA RESDENDE JUNQUEIRA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIO**

**BRASÍLIA/DF  
SETEMBRO/2024**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIO**

**MARÍLIA MERGULHÃO DE FREITAS**

**PAPEL DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E  
DE BASE AGROECOLÓGICA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO:  
PERSPECTIVAS DE DIFERENTES ATORES**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

**Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:**

---

**Prof. Dr. João Paulo Guimarães Soares – Universidade de Brasília (UnB)  
(ORIENTADOR)**

---

**Prof. Dra. Maria Júlia Pantoja – Universidade de Brasília (UnB)  
(EXAMINADORA INTERNA)**

---

**Profa. Dra. Lucimar Santiago de Abreu – Embrapa  
(EXAMINADORA EXTERNA)**

**Brasília/DF, 04 de setembro de 2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MERGULHÃO DE FREITAS, MARILIA  
PAPEL DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E DE BASE AGROECOLÓGICA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: PERSPECTIVAS DE DIFERENTES ATORES PAPEL DAS MULHERES RURAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E DE BASE AGROECOLÓGICA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: PERSPECTIVAS DE DIFERENTES ATORES / MARILIA MERGULHÃO DE FREITAS; orientador JOÃO PAULO GUIMARÃES SOARES; co-orientador ANA MARIA RESENDE JUNQUEIRA. -- Brasília, 2024.  
82 p.

Dissertação (Mestrado em Agronegócios) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Agroecologia. 2. Agricultura orgânica. 3. Mulheres rurais. 4. Políticas Públicas de equidade de gênero. I. GUIMARÃES SOARES, JOÃO PAULO, orient. II. RESENDE JUNQUEIRA, ANA MARIA, co-orient. III. Título.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

MERGULHÃO DE FREITAS, MARÍLIA. **Papel das mulheres rurais no contexto da produção orgânica e de base agroecológica no Distrito Federal e entorno: perspectivas de diferentes atores.** Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2024, 86 p. Dissertação de Mestrado.

## CESSÃO DE DIREITOS

NOME DA AUTORA: Marília Mergulhão de Freitas

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Papel das mulheres rurais no contexto da produção orgânica e de base agroecológica no Distrito Federal e entorno: perspectivas de diferentes atores.

GRAU: Mestre ANO: 2024

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado para única e exclusivamente propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada à fonte.

---

MARÍLIA MERGULHÃO DE FREITAS

E-mail: mariliamergulhao@gmail.com

Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu companheiro, por todo carinho, paciência e apoio. Em especial, dedico à minha voinha Mocinha (*in memoriam*) que tanto investiu em meus estudos.

São tantas as pessoas que merecem estar nessa fase dos agradecimentos que é difícil saber por onde começar. Cada um que passa pelas nossas vidas deixando um pouquinho de si e levando um pouquinho de nós torna-se peça fundamental nesse mosaico de cores e texturas que nos tornam humanos.

Mas faz-se necessário a demonstração da gratidão para alguns em especial. Agradeço primeiro a minha mãe Vídia, que sempre acreditou no poder do estudo e era incansável na luta de manter-me sempre dedicada aos livros e ao aprender, não fosse por ela jamais seria a amante de livros que sou. Ao meu pai, por ter dedicado anos do suor do seu trabalho para me proporcionar um lar, alimento, educação, segurança e lazer.

À minha voinha Mocinha (*in memoriam*) agradeço por nunca ter medido esforços para apoiar financeiramente e emocionalmente minha permanência em escolas de qualidade e umas das minhas maiores inspirações na vida a manter sempre minha curiosidade de explorar e conhecer novos lugares, fossem eles físicos ou metafóricos. Isso acabou desabrochando em mim o gosto por viagens e por aprender sempre mais e mais.

A Renan, meu companheiro e parceiro. Que nos dias e noites de angústia e incertezas, me acalma e me lembra sempre que sou capaz. Sou grata por sua paciência, ternura, compreensão e Amor nos momentos que mais preciso.

Agradeço imensamente a minha amada irmã Mariana e Vitinho, meu “*brother-in-law*” (irmão na forma da lei, como gosto de dizer a ele), por serem porto seguro e incentivadores permanentes da minha irremediável sede por aprender. Sempre prontos com as palavras de incentivo certas quando ameaço esmorecer. À Aurora, minha sobrinha amada, que me faz querer ser melhor a cada dia, para lhe servir de exemplo.

Agradeço infinitamente à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), personificada por amigas de trabalho, Anna e Mari e a chefia, Paulo e Stelito que desde o primeiro momento apoiaram e incentivaram que a busca por avanços no mundo acadêmico e profissional se realizassem. Sem eles esse trabalho não seria possível.

Aos professores, João Paulo Guimarães Soares e Ana Maria Resende Junqueira, por me oferecerem o que possuem de mais valioso, que são seus profundos conhecimentos e anos de experiência na vida docente.

Agradeço à UnB, às mulheres e homens entrevistados que disponibilizaram uma parte do seu tempo para me apoiar. Fizeram parte dessa minha jornada, que concluo com a certeza de estar mais fortalecida pelo conhecimento adquirido e pelos desafios superados.

Agradeço a Deus, que acredito, se fez presente em minha vida através de todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para minha evolução

“Somente quando for cortada a última árvore,  
pescado o último peixe, poluído o último rio, que as  
pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro.”

Alanís Obomsawin

## RESUMO

A produção orgânica e os movimentos feministas possuem uma relação intrínseca, ao proporcionarem às mulheres múltiplos benefícios, como: geração de renda, autoconfiança, conservação da biodiversidade e oportunidades de assumir papéis de liderança. O trabalho feminino nos sistemas de transição da agricultura convencional para práticas agroecológicas demonstra o comprometimento feminino com a segurança alimentar da família e preocupação com temas como meio ambiente e soberania alimentar. Esse trabalho merece ainda maior destaque quando é contextualizada a discriminação que as mulheres sofreram e sofrem ao longo da história: tendo seu direito à terra negado, condições de trabalho desiguais e a *invisibilização* quanto ao valor do trabalho desempenhado. Em busca de superar esses obstáculos, surgiu nos movimentos sociais uma oportunidade das mulheres se fazerem ouvir e lutar por políticas públicas que promovessem a igualdade de gênero e visibilidade para as agricultoras. Diante desse cenário, o presente estudo é de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Na primeira parte da pesquisa foi realizada revisão sistemática de literatura com o apoio do *Methodi Ordinati*. E na segunda parte, realizou-se um estudo empírico, por meio de entrevista semiestruturada com agricultoras de produção orgânica, extensionistas rurais, agentes/formuladores de políticas públicas e pesquisadoras. Como proposta de agenda de pesquisa com base nos achados da literatura foram estabelecidos três direcionadores que poderão contribuir tanto ao interesse acadêmico, quanto à visibilidade do trabalho das mulheres rurais. São eles: i) Análise do protagonismo das mulheres rurais na promoção da agroecologia e nas práticas de economia feminista e solidária, considerando sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e renda; ii) estudo da transição agroecológica e suas etapas, levando em conta o papel das mulheres rurais nesse processo, especialmente em relação à disponibilidade, diversidade e segurança alimentar, vinculando essa agenda aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; e, iii) análise das preocupações ambientais das mulheres em comparação aos homens. Adicionalmente, os dados obtidos com base na análise das narrativas dos participantes da pesquisa sinalizaram três dimensões importantes: a dupla jornada e a invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres no contexto da agricultura orgânica e de base agroecológica. Foram gerados subsídios para a formulação de estratégias e políticas públicas de fortalecimento do protagonismo que elas exercem nas jornadas duplas de trabalho dentro e fora do campo.

**Palavras-chave:** Agroecologia. Agricultura orgânica. Mulheres rurais. Políticas Públicas de equidade de gênero.

## ABSTRACT

Organic production and feminist movements have an intrinsic relationship, providing women with multiple benefits, such as income generation, self-confidence, biodiversity conservation, and opportunities to take on leadership roles. Women's work in transition systems from conventional agriculture to agroecological practices demonstrates women's commitment to family food security and concern for issues such as the environment and food sovereignty. This work deserves even greater prominence when the discrimination that women have suffered and continue to suffer throughout history is contextualized: having their right to land denied, unequal working conditions, and being made invisible regarding the value of the work performed. To overcome these obstacles, an opportunity arose in social movements for women to make themselves heard and fight for public policies that promoted gender equality and visibility for women farmers. Given this scenario, the present study is qualitative, exploratory, and descriptive. In the first part of the research, a systematic literature review was carried out with the support of *Methodi Ordinati*. The second part is an empirical study, through semi-structured interviews with organic farmers, rural extension workers, public policy agents/formulators, and researchers. As a research agenda proposal based on literature findings, three directions were established that could contribute to both academic interest and the visibility of rural women's work. Given this scenario, the present study is qualitative, exploratory, and descriptive. In the first part of the research, a systematic literature review was carried out with the support of *Methodi Ordinati*. In the second part an empirical study, through semi-structured interviews with organic farmers, rural extension workers, public policy agents/formulators, and researchers. As a research agenda proposal based on literature findings, three directions were established that could contribute to both academic interest and the visibility of rural women's work. They are: i) Analysis of the leading role of rural women in promoting agroecology and feminist and solidarity economy practices, considering their contribution to improving quality of life and income; ii) study of the agroecological transition and its stages, taking into account the role of rural women in this process, especially with food availability, diversity, and security, linking this agenda to the Sustainable Development Goals (SDGs), especially SDG 2 – Hunger Zero and Sustainable Agriculture; and, iii) analysis of women's environmental concerns compared to men. Additionally, the data obtained based on the analysis of the research participants' narratives highlighted three important dimensions: women's double shift, the invisibility and devaluation of work in the context of organic agriculture and agroecological basis and generated subsidies for the formulation of strategies and public policies to strengthen the role they play in double working hours inside and outside the field.

Keywords: Agroecology. Organic farming. Rural women. Gender. Public policies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Participação feminina no mercado de trabalho, curva em U. ....	24
Figura 2 – Linha do tempo: Direitos das Mulheres .....	25
Figura 3 – Selo de Produto Orgânico Brasileiro.....	32
Figura 4 – Linha do Tempo da história da agricultura orgânica no Brasil.....	33
Figura 5 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU.....	35
Figura 6 – Fases da metodologia <i>Methodi Ordinati</i> .....	37
Figura 7 – Noções de corpus, texto, segmento de texto .....	40
Figura 8 – Mapa com os <i>Clusters</i> de <i>Co-occurrence</i> das palavras-chave.....	43
Figura 9 – Crescimento das publicações ao longo do tempo. ....	44
Figura 10 – Dendrograma simplificado das entrevistas. ....	65
Figura 11 – Dendrograma completo com as palavras de maior ocorrência nas classes estabelecidas. ....	66
Figura 12 – Análise de Similitude das entrevistas.....	68

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categoria dos entrevistados. ....	40
Tabela 2 – Ranking dos 23 artigos após aplicação do Methodi Ordinati .....	44
Tabela 3 – Síntese da categorização dos artigos analisados.....	46
Tabela 4 – Relação dos temas abordados nos artigos analisados com os ODS .....	53
Tabela 5 – Atividades desenvolvidas pelas produtoras entrevistadas. ....	59
Tabela 6 – Descrição do Corpus das entrevistas. ....	64

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CA	Censo Agropecuário
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
FAO	Food and Agriculture Organization
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movements
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCS	Organização de Controle Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
RSL	Revisão Sistemática de Literatura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1 Formulação do Problema de Pesquisa</b> .....	<b>16</b>
<b>1.2 Justificativa</b> .....	<b>17</b>
<b>1.3 Objetivo Geral</b> .....	<b>20</b>
<b>1.4 Objetivos Específicos</b> .....	<b>21</b>
<b>1.5 Estrutura do trabalho</b> .....	<b>21</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>21</b>
<b>2.1 Revisão de Literatura</b> .....	<b>21</b>
<b>2.2 Evolução das relações familiares, sociais e políticas das mulheres no mundo</b> .....	<b>23</b>
<b>2.3 Desenvolvimento Rural e Valorização das Mulheres Rurais</b> .....	<b>26</b>
<b>2.4 Agricultura Alternativa (AA)</b> .....	<b>30</b>
<b>2.5 Sistemas Orgânicos de Produção</b> .....	<b>31</b>
<b>2.6 Produção Orgânica feminina e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável</b> .....	<b>34</b>
<b>3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA</b> .....	<b>36</b>
<b>3.1 Descrição Geral da Pesquisa</b> .....	<b>36</b>
<b>3.2 Revisão Sistemática de Literatura</b> .....	<b>36</b>
<b>3.3 Estudo de Campo</b> .....	<b>37</b>
<b>3.3.1 Procedimento de Coleta de Dados</b> .....	<b>37</b>
<b>3.3.2 Instrumentos</b> .....	<b>38</b>
<b>4 ANÁLISE DE CONTEÚDO</b> .....	<b>38</b>
<b>4.1 Software IramuteQ</b> .....	<b>39</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>42</b>
<b>5.1 Revisão Sistemática de Literatura (RSL)</b> .....	<b>42</b>
<b>5.2 Sugestão de Agenda de Pesquisa com base nos achados da literatura</b> .....	<b>52</b>
<b>5.4 Resultados do Estudo de Campo</b> .....	<b>58</b>
<b>5.5 Análise de Conteúdo</b> .....	<b>64</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>69</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>71</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada destinado à produtora rural de orgânicos do DF.</b> .....	<b>77</b>
<b>APÊNDICE B – Produtores</b> .....	<b>79</b>
<b>APÊNDICE C – Pesquisadora (o)</b> .....	<b>80</b>
<b>APÊNDICE D – Agente/Formuladora (o) de Políticas Públicas</b> .....	<b>81</b>

<b>APÊNDICE E – Extensionista Rural.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: .....</b>	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao tratar de temas amplos e complexos como a agricultura familiar e o agronegócio brasileiro, seus impactos no mundo e sua capacidade de promover mudanças na conservação da biodiversidade e no fomento de práticas socialmente mais equilibradas, seja sob o aspecto de raça, gênero ou classe social, é imperativo haver uma regressão para compreendermos o início dessa história, e de como surgiu a ideia do que hoje entende-se como “Agronegócio”.

O conceito de agronegócio é amplo, heterogêneo e não implica na exclusão por tamanho, rentabilidade e tecnologia dos participantes das cadeias produtivas (Barros, 2022). Portanto, originalmente, agronegócio trata tanto de cadeias produtivas curtas, como as características da agricultura familiar, quanto das cadeias longas, como as de características agroindustriais.

É urgente pensar um Agronegócio brasileiro de base agroecológica e diversidade de cultivos, que promova a soberania e segurança alimentar, respeitando a sazonalidade dos alimentos e trabalhando o solo como organismo vivo, além de promover dinâmicas socialmente responsáveis, como a equidade de gênero.

Para Costa (2017), a agroecologia incorpora os conhecimentos científicos e os saberes das comunidades tradicionais para buscar saídas frente às consequências causadas pelo modelo de agricultura convencional. Desse modo:

“A agroecologia incorpora os conhecimentos acumulados no campo da ecologia – assim como os saberes das populações tradicionais – em sua busca de saídas para impactos causados pela agricultura contemporânea, na sua relação com o meio ambiente e com as dimensões produtiva, ecológica, energética, econômica, financeira e sociocultural” (Costa, 2017, p.48).

De acordo com Altieri (2012), a transição agroecológica auxilia na conversão de um sistema convencional para um sistema de produção orgânica e/ou de base agroecológica, passando por diferentes etapas, dentro e fora do sistema de produção, dependendo da distância em que o sistema produtivo estiver da sustentabilidade.

Nesse sentido, a agricultura orgânica e/ou de base agroecológica pode ser uma saída para aumentar a produtividade, diversificar a produção e distribuir melhor a renda da unidade produtiva ao ano, além de minimizar o comprometimento dos recursos naturais no Brasil. Além disso, diversificar a produção contribui para maior segurança e garante a sustentabilidade da atividade (Soares *et al.*, 2021).

A contribuição da presente pesquisa é apresentar uma análise a partir das percepções de diferentes atores ligados a produção orgânica, como produtoras, extensionistas rurais, agentes formuladores de políticas públicas e pesquisadoras sobre o impacto e a presença feminina nessa atividade.

### **1.1 Formulação do Problema de Pesquisa**

Considerando o que mostram os dados do IBGE e a partir de vários estudos sobre a divisão do trabalho por gênero na agricultura familiar do Brasil, pode-se inferir que as mulheres ocupam uma posição subordinada e seu trabalho aparece principalmente como auxílio aos homens mesmo que o trabalho seja igual (Brumer, 2018).

Autores brasileiros, como Silva e Benites (2022), destacaram a *invisibilização* do trabalho feminino no campo, como uma das maiores dificuldades e entraves à autonomia e ao empoderamento da mulher, dialogando com o trabalho desenvolvido por Negretto e Silva (2018), em que os autores argumentam sobre a mulher camponesa ser a principal responsável pela produção de alimentos para consumo da família, porém tem a sua jornada de trabalho subestimada, pois o seu trabalho agrícola é considerado uma extensão do trabalho doméstico, ou simplesmente um auxílio. Mesmo participando do processo produtivo, a mulher não participa do processo de tomada de decisão sobre a escolha das atividades.

A divisão sexual do trabalho é evidente no meio rural e costuma, conforme destaca Faria (2011), ser reforçada na impossibilidade de se tomar decisões sobre o acesso e o uso da terra.

Por seu turno, a agroecologia como ciência gera diálogos construtivos e interdisciplinares. Na perspectiva da interdisciplinaridade, faz-se necessário uma análise mais profunda sobre como a agroecologia impacta e é impactada pelas relações de gênero e pelos papéis desempenhados pelas mulheres rurais no Brasil. Há uma ligação intrínseca que existe entre o trabalho desempenhado pelas mulheres do campo e a qualidade dos alimentos produzidos com consciência ambiental e de valor nutricional satisfatório.

Por fim, nota-se um crescente potencial produtivo do trabalho desenvolvido pelas agricultoras na produção orgânica, bem como a carência de estudos neste segmento na região de Brasília e entorno. Com base no exposto, as seguintes perguntas guiaram a realização desta pesquisa: Como o trabalho das mulheres rurais nesse sistema de produção é percebido por diferentes atores? Qual a importância das políticas públicas para desenvolver esse trabalho?

A segurança alimentar envolve a garantia do direito ao acesso ao alimento. Abrange as

questões sobre disponibilidade, acesso, qualidade dos alimentos, a fim de proporcionar à família uma alimentação rica e diversificada, condição necessária à vida saudável da população (Embrapa, 2010).

As mulheres desempenham papéis de importância fundamental, já que estão presentes no provimento das necessidades alimentares, isto é, na obtenção (via cultivo ou compra), preparo (processamento dos alimentos) e distribuição dos alimentos às suas famílias (Melo *et al.*, s. d.). Estando as mulheres à margem dos processos mercantis, a segurança alimentar se encontra predominantemente sob a sua responsabilidade. A produção para autoconsumo, todavia é pouco valorizada quando comparada com a produção destinada à comercialização (Menasche; Marques; Zanetti, 2006).

As mulheres agricultoras são as principais responsáveis pela preservação dos policultivos e pela criação de pequenos animais, ou seja, da agrobiodiversidade, base da agroecologia e garantia de segurança alimentar (Burg; Lovato, 2006).

## 1.2 Justificativa

Os princípios da agroecologia são observados na agricultura familiar, seu principal loco de práticas e vivências. E é na agricultura familiar, com o trabalho das mulheres rurais, que reside a qualidade dos alimentos produzidos que a segurança e soberania alimentar do Brasil almejam. Em que pese ser um país com recordes de exportação agrícola que lhe deu a alcunha de “celeiro do mundo”, é na diversidade da produção para consumo interno que o Brasil demonstra seu potencial de superar crises socioambientais, como a fome no mundo, e propor a preservação da sociobiodiversidade.

Analisar como a produção orgânica e de base agroecológica potencializa o trabalho das mulheres rurais, e como a potência das agricultoras fomenta a produção orgânica no Brasil, especificamente no Distrito Federal e entorno, colabora no entendimento e restauração de diálogos entre áreas de estudo e pesquisa podendo promover a construção de alianças promissoras em favor do desenvolvimento rural.

A justificativa para um trabalho que mistura perspectiva de gênero e produções sustentáveis, por si só compõe um mosaico rico de debate, pesquisa científica, práticas ancestrais e fomento de política pública em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, com mais justiça ambiental e fomentadora da defesa dos territórios e do bem-estar social.

As questões de gênero são discutidas há algumas décadas, no sentido de marcar a necessidade de questionar as relações de poder entre os homens e mulheres, e não tomar as

diferenças entre os sexos como dados empíricos e imutáveis (Scott, 1995). A autora, que critica a noção de determinismo biológico, destaca o caráter relacional das definições de masculino e feminino.

O Censo Agropecuário (CA) 2017 trouxe um universo de 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários, onde 81,3% (4,11 milhões) estavam sob gestão masculina e 18,7% (946 mil) sob gestão feminina, considerando todas as formas de direção. Do total de estabelecimentos, 77,1% (3,89 milhões) foram classificados como Agricultura Familiar (AF) e 22,9% (1,16 milhão) como Não Agricultura Familiar (NAF).

Destes estabelecimentos classificados como AF, os dirigidos por mulheres representavam, em 2017, 19,7%, enquanto os NAF eram 15,2%. A região nordeste apresentou o maior percentual de mulheres dirigindo estabelecimentos, sendo 23,2% no total e 24,3% da AF, seguidas da Região Norte com 19,4% no total e 20,2% da AF.

No Boletim Resultados Definitivos Brasil CA 2017, há o destaque para estabelecimentos com faixa de área menor que 1 hectare apresentarem uma proporção de gênero mais equilibrada: 2 homens para 1 mulher, o que, na prática, indica que as mulheres estão em maior número e proporção em estabelecimentos menores. Nenhuma informação sobre cor/raça foi inserida, indicando uma lacuna nos dados apresentados.

Ao analisar os dados do Censo Agropecuário 2017 é possível extrair informações importantes das diferenciações existentes nas relações de gênero, seja entre agricultura familiar e não familiar a partir de dinâmicas regionais específicas como as do sul e nordeste do país, porém exigem um olhar mais atento quanto à formação social de cada uma delas e suas transformações recentes. Sem dúvida uma dimensão importante para análises futuras.

Para fins de contextualização, ao abordar a produção orgânica, vale destacar que em 2017 o Brasil ocupava o 12º lugar entre os 20 países com as maiores áreas de produção orgânica no mundo, e segundo o Sebrae (2018), o Brasil era o líder do mercado de orgânicos na América Latina. Apesar desses dados, o Instituto de Pesquisa de Agricultura Orgânica (IPAO) revela que no Brasil a produção orgânica ocupa cerca de 1,3 milhão de hectares, ou cerca de 0,5% da área agricultável brasileira (Embrapa, 2021).

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em seu Cadastro Nacional de Produtos Orgânicos, existem no Brasil 25.097 produtores orgânicos, distribuídos em todas as regiões brasileiras (BRASIL, 2021).

Quanto ao Distrito Federal, seguindo tendência nacional, o mercado para produtos orgânicos encontra-se em crescente expansão. Este crescimento responde às expectativas dos consumidores em relação à saúde e ao meio ambiente. Segundo Martins *et al.* (2023), o

segmento de orgânicos oferece grande potencial de expansão devido a um maior reconhecimento, nas últimas décadas, de sua relevância ambiental, econômica e alimentícia por parte dos consumidores.

Os autores sinalizam que é determinante para garantir a saúde da população e a segurança alimentar o consumo de alimentos orgânicos, saudáveis e sem contaminantes, o que é uma tendência. A complexidade no cultivo de produtos orgânicos vai além da ausência de agrotóxicos. O processo, consoante às exigências legais, deve respeitar aspectos culturais, sociais, econômicos e ambientais, proteger o uso responsável do solo, da água, do ar e demais recursos naturais (CODEPLAN, 2015).

Na Alemanha, em 1972, foi criada a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), responsável por elaborar as primeiras normas sobre orgânicos em 1980 e, em 1981, a institucionalização da agricultura orgânica (Machado *et al.*, 2016). No Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o órgão do governo federal responsável pela gestão das políticas públicas voltadas à produção de alimentos orgânicos. A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, dispõe e se constitui como eixo orientador do marco regulatório, abrangendo diferentes tipos de sistemas alternativos.

O artigo 1º da Lei nº 10.831 considera sistema orgânico de produção agropecuário todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais.

O que diferencia a cadeia produtiva dos orgânicos das demais cadeias agroalimentares é a presença da certificação, onde as instituições certificadoras conferem credibilidade ao produto (Ormond *et al.*, 2002). Os produtos a serem comercializados precisam ser certificados por organismos credenciados no MAPA, e estão dispensados da certificação aqueles produzidos por agricultores familiares de organizações de controle social (OCS), cadastradas no Ministério e que vendem exclusivamente de forma direta ao consumidor (Portaria nº 52, 15 de março de 2021). No Brasil, os orgânicos são certificados de três maneiras diferentes: por auditoria, pelos sistemas participativos de garantia e pelo controle social para venda direta (sem certificação formal/selo).

As compras institucionais são modalidades de políticas públicas que contribuem para a consolidação das políticas sociais, com vistas ao combate à fome permitindo que órgãos governamentais possam comprar alimentos da agricultura familiar para atendimento às suas demandas de alimentos, por meio de chamadas públicas (MDS, 2019). Estes instrumentos têm papel estruturante nas políticas governamentais de segurança alimentar. Podem ser citados

como exemplos de compras institucionais o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura no Distrito Federal (PAPA/DF). As compras governamentais representam um importante canal de escoamento da produção.

A produção de orgânicos, tanto no Distrito Federal (DF) quanto no entorno, é em grande maioria formada por pequenas propriedades, de base familiar, que enfrentam muitas dificuldades. Entre elas, a falta de planejamento, transporte, dificuldades de adentrar em grandes canais de distribuição e até mesmo o pouco conhecimento sobre a capacidade produtiva de suas próprias terras. E destaca-se a invisibilidade do trabalho das mulheres produtoras.

Em 2021, o DF contava com 257 produtores rurais cadastrados como orgânicos no MAPA. Segundo a EMATER-DF, a área destinada à produção orgânica, em 2019, foi de 466 hectares, e em 2020 de 598,36 hectares, onde foram cultivadas 91 variedades de alimentos. Os canais de comercialização no DF são: feiras, supermercados, lojas especializadas, Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs) e espaço específico para orgânicos na CEASA, Central de Abastecimento de Brasília (Emater, 2021). Faltam dados sobre o número de mulheres no cadastro de orgânicos do MAPA. A coleta de dados precisa considerar a questão de gênero. A falta de informações estatísticas corrobora para a invisibilidade do trabalho da mulher, também remete as estatísticas do IBGE.

A abordagem interdisciplinar que a presença feminina propõe nas produções orgânicas é um diferencial para a efetividade dessas iniciativas. A visão holística é primordial para se ampliar o conhecimento e o entendimento dos sistemas de produção alternativos.

No debate acerca das produções de base agroecológica e orgânicas, é fundamental analisar criticamente o papel das mulheres rurais, que passam por um processo de invisibilização dos trabalhos desempenhados por elas na propriedade rural.

### **1.3 Objetivo Geral**

Analisar o trabalho das mulheres rurais na promoção da agricultura orgânica e de base agroecológica e nas práticas de economia feminista e solidária, identificando sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e renda das famílias.

## **1.4 Objetivos Específicos**

- a) Sistematizar os principais resultados de pesquisa realizadas no contexto do protagonismo da mulher nas atividades de produção orgânica e de base agroecológica por meio de Revisão Sistemática de Literatura (RSL).
- b) Analisar o protagonismo feminino na produção orgânica e de base agroecológica com base na visão de diferentes atores (pesquisadoras, produtoras (os), extensionistas rurais e formuladoras (o) de política pública).
- c) Relacionar os temas abordados nos artigos analisados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Agenda 2030.

## **1.5 Estrutura do trabalho**

A dinâmica da estruturação deste trabalho. Na primeira seção, tem-se a introdução que apresentou a temática da agricultura familiar e os papéis de gênero dentro desse contexto, além da justificativa de se realizar uma avaliação do impacto nas produções orgânicas e de base agroecológica com a presença feminina.

A segunda sessão destina-se à revisão de literatura, na qual são apresentados estudos e trabalhos científicos que discorrem sobre questões de gênero, produção orgânica e desenvolvimento rural.

Na terceira seção, apresenta-se o método de análise a ser utilizado. Na quarta seção, têm-se os principais resultados obtidos. O trabalho se encerra na seção cinco, onde são apresentadas as considerações finais e as sugestões para pesquisas futuras.

Por fim, são listadas as referências utilizadas nesta pesquisa e, no Apêndice 1 e 2, estão o roteiro de entrevista e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respectivamente.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Revisão de Literatura**

No Brasil, os estudos de gênero se iniciam por volta dos anos 1980, devido às grandes assimetrias vividas na sociedade entre homens e mulheres. A emergência dos estudos de

gênero voltados ao meio rural veio da necessidade de se obter formas mais consistentes de analisar os papéis sociais e as relações de poder específicas nesse meio (Silva; Benites, 2022).

Ao propor uma reflexão dos papéis de gênero impostos às mulheres rurais, faz-se fundamental a compreensão de como a ideia de gênero surge e se aplica na sociedade. As mulheres são as mais comprometidas, em comparação aos homens, no ambiente familiar com as práticas de sustentabilidade e respeito aos ecossistemas, por entenderem na prática a relevância de garantir o solo, a água e os demais recursos naturais envolvidos diretamente na alimentação da família. Esse comprometimento feminino dialoga justamente com a lógica das tecnologias sociais, que fundamentalmente se baseiam em duas premissas para sua propagação: a participação das pessoas das comunidades que as desenvolvem e a sustentabilidade nas soluções apresentadas (Costa, 2017).

Mulheres rurais historicamente são pioneiras em práticas socialmente responsáveis e as maiores incentivadoras de processos como a transição agroecológica (Lopes *et al.*, 2021). Quanto às motivações para a adoção de práticas agroecológicas, constatou-se que, ao lado do desejo de economizar cultivando em vez de comprar mantimentos, as mulheres desejam produzir alimentos que sejam benéficos para a saúde de suas famílias e das pessoas que compram seus produtos. A decisão de evitar o uso de agrotóxicos também está relacionada à crescente demanda por alimentos saudáveis da população (Mestmacher; Braun, 2021). Os sistemas orgânicos, principalmente quando adotados pelos agricultores familiares, são em essência tecnologias sociais que buscam, entre outras coisas, a soberania e segurança alimentar.

Ao tratar de tecnologias sociais, como as produções orgânicas e as de base agroecológica, é possível detectar a busca por solucionar um problema social como a desigualdade de gênero no campo. A busca por igualdade de oportunidades para homens e mulheres do campo pode ser visualizada em espaços de transição agroecológica, onde a presença feminina desempenha papel fundamental na conversão de um sistema convencional para um sistema de produção orgânico ou de base agroecológica, passando por diferentes etapas, dentro e fora do sistema de produção, dependendo da distância em que o sistema produtivo estiver da sustentabilidade (Altieri, 2012). Na gestão desse espaço e do tempo está o protagonismo da maioria das mulheres rurais, uma vez que têm suas atividades relacionadas ao ambiente da família, preocupadas com a disponibilidade, diversidade e segurança alimentar (Leal *et al.*, 2020).

As iniciativas de produção orgânica desenvolvidas, majoritariamente por mulheres, são fundamentais para tirar a mulher rural da *invisibilização* da qual ela é vítima. É difícil

mensurar precisamente o impacto que os trabalhos desenvolvidos pelas camponesas, no arcabouço das tecnologias sociais, têm sobre a sociedade e para a própria história da agricultura moderna, uma vez que essas iniciativas não recebem atenção especial no que diz respeito aos estudos ou incentivos.

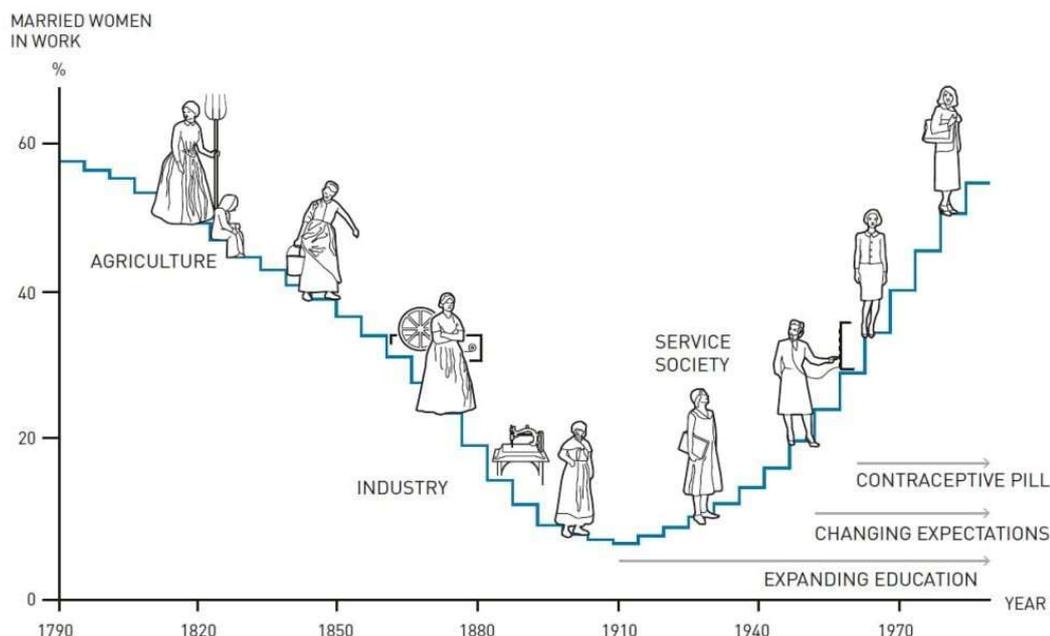
O conteúdo social dessas iniciativas pretende melhorar relações sociais e promover a consciência do impacto causado aos ecossistemas pelos sistemas convencionais de cultivo, e seus desdobramentos em problemas sociais a exemplo da pobreza, desemprego, desigualdade de oportunidades, racismo, desigualdades na distribuição de renda e desnutrição.

## **2.2 Evolução das relações familiares, sociais e políticas das mulheres no mundo**

Scott (1995), em seu trabalho que virou referência no estudo de gênero, conclui que gênero é uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças numa maneira de pensar engessada e dual.

A história de luta das mulheres por espaço, visibilidade no mercado de trabalho e igualdade salarial é antiga e segue ativa até os dias atuais. Segundo a pesquisadora Claudia Goldin (Goldin; Jarnestad, 2023), vencedora do prêmio Nobel de Economia 2023 por seus estudos de gênero, a participação feminina no mercado de trabalho não teve uma tendência ascendente, mas sim em uma curva em U (figura 1). A participação das mulheres casadas diminuiu com a transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial no início do século XIX, mas depois começou a aumentar com o crescimento do setor dos serviços no início do século XX.

Figura 1. Participação feminina no mercado de trabalho, curva em U.



Fonte: elaborado por Goldin e Jarnestad (2023).

Até 1893, homens brancos pertencentes à elite eram os que tomavam as decisões políticas dos países democráticos. A partir de 1893, as cidadãs neozelandesas conquistaram o direito ao sufrágio (voto). A segregação de gênero, raça, classe e escolaridade restringiu por séculos a atuação de inúmeras pessoas, enquanto eleitores e possíveis candidatos (Miguel, 2000). Como o presente trabalho é realizado sob a perspectiva de gênero, é imprescindível compreender como o movimento sufragista feminino mudou parte da vida das mulheres no mundo e no Brasil.

O movimento sufragista consistiu em uma luta de reivindicações pela participação ativa das mulheres na política, concedendo a elas o direito de votar e de serem votadas. E ia além, o movimento sufragista tinha como objetivo superar a rígida distinção de papéis entre homens e mulheres na sociedade, não apenas para garantir a igualdade pelo direito de votar e ser votada, visto que também almejava assegurar à classe feminina o direito de estudar, trabalhar, exercer atividade pública, atribuições até então exclusivas dos homens chefes de família (Castro, 2021).

A luta das sufragistas era para combater o estigma da incapacidade das mulheres de trabalhar e lidar com questões que não estivessem afetas às atividades do mundo doméstico, entre elas as questões políticas.

O direito ao sufrágio para as mulheres brasileiras, alfabetizadas e assalariadas, deu-se

em 1932, no governo de Vargas. Mais tarde, com a Constituição de 1946, o voto tornou-se direito de todas as pessoas alfabetizadas e maiores de 18 anos (Marques, 2019).

Na figura 2 abaixo, é possível acompanhar, por meio de uma linha do tempo, alguns marcos históricos dos direitos conquistados pelas mulheres.

Figura 2 – Linha do tempo: Direitos das Mulheres



Fonte: SESC (2021)

As reivindicações por direitos básicos a serem conquistados pelas mulheres demonstram a relevância de tratarmos do papel das mulheres rurais, que em sua maioria estão distantes dos grandes centros urbanos e ainda sofrem as mazelas da sociedade patriarcal e machista também no campo.

Na década de 1980, se consolidaram diferentes movimentos de mulheres nos estados brasileiros, em sintonia com o surgimento de vários movimentos do campo. As trabalhadoras rurais construíram a própria organização. Motivadas pela bandeira do Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais, desencadeando lutas como: a libertação da mulher, sindicalização, documentação, direitos previdenciários (salário-maternidade e aposentadoria), participação política entre outras. Com este processo, surgiu a necessidade de articulação com as mulheres organizadas nos demais movimentos mistos do campo. Em 1995, criou-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMC/SC).

A organização das mulheres percebe a necessidade de avançar para a construção de um movimento autônomo de mulheres, surgindo o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) no estado de Santa Catarina.

Na década de 1990, o movimento se caracteriza pela luta e conquista dos direitos

previdenciários, documentação pessoal e profissional, reconhecimento da condição de seguradas especiais, implementação da previdência pública universal e solidária. Mas também pela garantia do acesso aos benefícios como a aposentadoria das mulheres aos 55 anos e dos homens aos 60 anos, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão e pensão por morte, salário-maternidade, todos no valor de um salário-mínimo. Além disso, o direito à titulação da terra em nome da mulher. Com a conquista da aposentadoria das mulheres do campo, o movimento realizou uma forte campanha para a confecção da documentação destas trabalhadoras rurais que necessitavam da mesma, principalmente para poderem acessar tais benefícios (MMC/SC).

### **2.3 Desenvolvimento Rural e Valorização das Mulheres Rurais**

Durante a “modernização conservadora” o cenário de desvantagem vivenciado por parcela significativa das mulheres ganhou expressão (Silva, 1982). Na esteira desse debate, em 2022 foi criado o Observatório das Mulheres Rurais no Brasil, uma parceria da Embrapa, MAPA e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU). Uma iniciativa exclusivamente pensada no mundo das mulheres que se dedicam ao agro no Brasil. A iniciativa é a implementação de uma plataforma digital com objetivo de reunir dados, artigos, estudos e conteúdos relevantes do segmento agro nacional (Embrapa, 2022).

Os principais objetivos, a partir da compilação e reunião de informações relevantes em um único ambiente, são capturar e prospectar tendências e identificar futuros possíveis, elaborando cenários que permitam às mulheres do agro se preparar diante de potenciais desafios e oportunidades, conforme já vem sendo feito em outros observatórios temáticos e centros de inteligência do programa Agropensa, da Embrapa.

Através desse esforço conjunto, espera-se obter uma visão sistêmica do trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais, reunindo informações seguras e confiáveis, sendo possível ainda subsidiar formulação de políticas públicas direcionadas assertivamente para esse público.

Waltz (2016), professora com pesquisa que adota a abordagem feminista pós-moderna, pressupõe que as diferenças entre os gêneros são aprendidas e realizadas através de estruturas sociais, bem como Butler (2005) explica que, enquanto o sexo é biológico, o gênero é construído, e os membros da sociedade tornam o gênero possível, realizando-o todos os dias nas estruturas (como o capitalismo) através das quais entendemos o mundo.

Ao assumir essa perspectiva de análise, é possível observar o trabalho desempenhado pelas mulheres rurais do Brasil que são designadas a exercer determinada atividade na propriedade rural familiar, como sujeitos socializados em estruturas que determinam quais papéis elas devem ocupar e qual valor esses papéis terão dentro do local de trabalho.

Saffioti (2004), vendo a questão de uma forma mais ampla aponta que o problema não está apenas no fato de que vivemos em um mundo com desigualdades de gênero, mas sim na existência de uma ordem patriarcal de gênero, ou seja, um mundo onde os homens exercem decididamente poder sobre as mulheres, e esse poder se expressa de várias formas.

Para Foucault (1979), o entendimento do poder e da formação do sujeito conceitua a agência não só como sinônimo de resistência às relações de dominação, mas também como capacidade para a ação criada e propiciada por relações de subordinação específicas. É possível refletir sobre como a adversidade do capitalismo patriarcal globalizante afeta os recursos, a água, as florestas e o meio ambiente, bem como os alimentos e as perspectivas de desenvolvimento.

Conforme Brumer (2018), a seletividade da migração (do meio rural para urbano) por idade e sexo, pode ser explicada em grande parte pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnificados e mecanizados, na chefia do estabelecimento e na comercialização dos produtos, pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra.

Dialogando com essa realidade, Perdue (2016) aponta que, ao longo da história, mulheres em posições de liderança e poder são percebidas como violadoras das normas de gênero socialmente estabelecidas, uma vez que desafiam estereótipos e estruturas patriarcais.

Scott (1995) aponta ainda que as feministas começaram a utilizar a palavra gênero mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. O termo “gênero” torna-se uma forma de indicar construções culturais: a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, gênero tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1995).

As mulheres rurais precisam lidar com diversas demandas, além do trabalho doméstico que não é valorizado nem remunerado. Foi crucial a contribuição que o Movimento de

Mulheres Agricultoras teve para o aprofundamento democrático do país e para o início do processo de superação das desigualdades de gênero a partir dos anos de 1980. Pouco a pouco, através de seus trabalhos de base, as mulheres camponesas foram questionando as estruturas de dominação cultural, social e política que alicerçavam as relações sociais. A realidade camponesa era desconhecida e desconsiderada, pela sociedade brasileira e pelos políticos (Lisboa; Lusa, 2010).

No processo de organização das mulheres do campo, destaca-se a agência da Igreja, por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais; a emergência do “novo sindicalismo” e das “oposições sindicais”, e a atuação do movimento feminista (Aguiar, 2016). A Igreja Popular, representada pelas CEBs e pelo trabalho pastoral, constituiu a base da mobilização das mulheres rurais na abertura política e na transição democrática. As CEBs e as pastorais ofereceram às mulheres a experiência formativa que as levou a questionar a sua condição social (Deere, 2004), levando ao surgimento dos primeiros grupos organizados de mulheres. Essa experiência formou a base para a posterior emergência de vários movimentos de mulheres rurais em todo o país. Portanto, a mobilização das mulheres rurais não se formou na prática sindical, mas foi anterior a ela (Cappellin, 1990).

Na esteira dessa demanda por mulheres rurais assumindo seu protagonismo, surge em 1987 uma militante que é eleita e assume uma das cadeiras na Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina; logo em seguida, por dois mandatos (de 1991 a 2002), a mesma camponesa, Luci Choinacki, é eleita Deputada Federal, iniciando o período de conquistas de direitos para as mulheres camponesas no Brasil. Uma das mais importantes conquistas foi o reconhecimento da profissão de “agricultora”, anteriormente reconhecida somente para os homens, permitindo-lhes, a partir disso, sindicalizar-se e acessar direitos trabalhistas na condição de trabalhadoras e não mais na condição de dependentes de seus esposos, pais ou filhos.

Waltz (2016) destaca também o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) do Sul do estado de Santa Catarina, como movimento social de grande relevância pelo empoderamento das mulheres rurais. Como Paulilo (2010) explica, esse movimento era inadiável, frente à necessidade particular de empoderamento das mulheres na fazenda, com a base de que a interseção do rural e do feminino leva a uma opressão assimétrica que deve ser abordada. O movimento incentiva as mulheres rurais do sul a se verem como produtoras em vez de "do lar", bem como a mudar as normas de herança de terras para incluir mais mulheres. No entanto, a participação individual nesse movimento é difícil, na medida em que envolve diretamente a vida pessoal das mulheres. Paulilo (2010) observa que as mulheres desse

movimento podem ser criticadas por suas famílias por irem contra as lógicas masculinas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também incorporou questões femininas em seus objetivos, como a igualdade de acesso das mulheres à terra (Castro, 1999).

As mulheres do campo promoveram ações políticas de impacto e relevância, a exemplo da Marcha das Margaridas. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), a Marcha das Margaridas é a maior ação política das mulheres do campo, da floresta, das águas e das cidades da América Latina. A primeira edição da Marcha das Margaridas aconteceu no ano 2000 e segundo suas organizadoras, reuniu cerca de 20 mil mulheres, vindas de todas as partes do Brasil, trata-se de uma ação coletiva representando as agricultoras, as quilombolas, as indígenas, as pescadoras e as extrativistas, que ocorre a cada quatro anos em Brasília.

Chama-se Marcha das Margaridas para homenagear a líder sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, quando lutava pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na Paraíba. Durante os 12 anos em que foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Margarida moveu mais de 73 ações, por desrespeito às leis trabalhistas, contra as usinas de cana-de-açúcar da região.

Na edição de 2015, segundo a CONTAG, participaram do evento 100 mil mulheres. Além das mulheres de todos os estados do Brasil, estiveram presentes representantes de mais 26 nacionalidades. O símbolo do evento são as camisetas lilás e os chapéus de palha decorados com margaridas, usados pelas participantes.

Manifestações, como a Marcha das Margaridas, articuladas em prol do feminino e da economia solidária, propõem ações concretas de resistência contra a exploração vivenciada pela população rural mais pobre, negra, indígena e feminina. As articulações orientam a atuação dos grupos, buscando cooperar com mudanças que afetem positivamente o cotidiano e a vida dessas populações.

Faz-se necessário construir novas práticas econômicas que ampliem a noção de trabalho e passem a valorizar os trabalhos de cuidado, limpeza, educação das crianças e tarefas diversas vinculadas à sustentabilidade da vida humana. Essas novas práticas sedimentarão o processo para a conquista de uma sociedade mais igualitária e sustentável, melhorando a vida e a renda das famílias e propagando autoafirmação das mulheres como novo sujeito social ativo e reconhecido.

As camponesas que conquistam espaço e assumem papéis de protagonismo na geração de renda na produção ainda precisam lidar com a sobrecarga de trabalho, uma vez que acumulam as funções domésticas, tradicionalmente negada pelos homens, e o trabalho

produtivo fora de casa, onde buscam o status de valorização da profissão como agricultoras. A conquista de um maior nível de autonomia, ainda que em construção, é um aspecto primordial enxergado pelas mulheres. A visibilidade pública do seu empenho e reconhecimento social são objetivos claros para essas trabalhadoras.

## 2.4 Agricultura Alternativa (AA)

Apesar da ciência agrícola ter suas bases no positivismo-reducionista, muito adequado aos sistemas de produção capitalistas, o autor Pretty *et al* (2005) demonstra, que há diferentes abordagens científicas que podem ser utilizadas e desafiam o paradigma positivista.

A partir dessa ideia de que novas abordagens científicas são possíveis, Jesus (2005) conceitua algumas das AA que foram surgindo ao longo do tempo, como:

- Agricultura Orgânica (AO), que faz sérias críticas aos Métodos da Agricultura Industrial (AI), e aos sistemas de pesquisas agrícolas.
- Agricultura Biodinâmica (ABD), possui uma abordagem mais integrada, que de modo geral entendia a propriedade rural como um organismo vivo e acreditava na influência cósmica sobre as plantas.
- Agricultura Biológica (AB), apresenta a irracionalidade dos métodos agrícolas da AI. Através de pesquisas observou os desequilíbrios causados ao solo e as plantas, devido ao excesso de adubação e uso de agrotóxicos.
- Agricultura Ecológica (AE), procura maior equilíbrio com o ambiente, buscando desenhos agrícolas mais integrados, manejo de solos mais racional, mas é menos restritiva do que a AO e AB. Dirigida para as médias e grandes propriedades, não só as pequenas.
- Agricultura Natural (AN), ligada a trabalhos desenvolvidos no Japão, por 2 principais grupos, Mokiti Okada e Fukuoka. O primeiro com ligação a criação de uma “religião” que acreditava na purificação do espírito através de um corpo livre de produtos potencialmente tóxicos. Já o segundo era focado na não aração do solo, nem uso de adubos ou compostos orgânicos.
- Permacultura (PA), defende um sistema de manejo permanente e é mais indicada a ecossistemas tropicais ou subtropicais e áridos. Visão holística da agricultura.

- Agricultura Regenerativa (AR), focada na ideia de se produzir e recuperar os solos. Um sistema que consegue rápida recuperação de áreas degradadas, através de poda e controle da sucessão vegetal. Promove a incorporação da biomassa.
- Agricultura Sustentável (AS), é aquela ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada. Sendo um processo democrático e participativo.

Ademais, Jesus (2005) lembra que já sabemos que o manejo da AI vem causando forte degradação ambiental, ameaças à saúde humana e erosão dos solos, frisando que se o objetivo de fato for buscar uma maior sustentabilidade na agricultura, é hora de levar as experiências agroecológicas para uma experiência macro. O autor também pontua que AS pode ser considerada como sinônimo de AA, mas que, ao pretender servir a muitos interesses, acaba por não dizer nada. Por isso, adota-se a agroecologia como o marco conceitual do novo.

## 2.5 Sistemas Orgânicos de Produção

A definição de orgânico pela legislação brasileira, conforme preconiza o MAPA, considera produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, aquele que é obtido em um sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. Para serem comercializados, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismos credenciados no MAPA, sendo dispensados da certificação somente aqueles produzidos por agricultores familiares que fazem parte de organizações de controle social, cadastradas no MAPA, que comercializam exclusivamente em venda direta aos consumidores.

O referido MAPA estabelece que o produtor orgânico deve fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, o que é possível somente se estiver certificado por um dos três mecanismos descritos a seguir:

- Certificação por Auditoria – A concessão do selo SisOrg é feita por uma certificadora pública ou privada credenciada no Ministério da Agricultura. O organismo de avaliação da conformidade obedece a procedimentos e critérios reconhecidos internacionalmente, além dos requisitos técnicos estabelecidos pela legislação brasileira.
- Sistema Participativo de Garantia – Caracteriza-se pela responsabilidade coletiva

dos membros do sistema, que podem ser produtores, consumidores, técnicos e demais interessados. Para estar legal, um SPG tem que possuir um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (Opac) legalmente constituído, que responderá pela emissão do SisOrg.

- Controle Social na Venda Direta – A legislação brasileira abriu uma exceção na obrigatoriedade de certificação dos produtos orgânicos para a agricultura familiar. Exige-se, porém, o credenciamento numa organização de controle social cadastrada em órgão fiscalizador oficial. Com isso, os agricultores familiares passam a fazer parte do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

A certificação apresenta-se sob a forma de um selo afixado ou impresso no rótulo, ou na embalagem do produto. O exemplo de selo é apresentado na figura 3 abaixo.

Figura 3 – Selo de Produto Orgânico Brasileiro.



Fonte: MAPA (2024).

A figura 4, que aborda, através de uma linha do tempo, os fatos que marcaram a história da agricultura orgânica no Brasil ao longo dos anos, auxilia à compreensão das conquistas alcançadas por esse mercado.

Figura 4 – Linha do Tempo da história da agricultura orgânica no Brasil



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Esse tema vem sendo debatido na academia ao longo dos anos e, no qual Karam (2004) já afirmava que a mulher que participa da agricultura orgânica desempenha papel fundamental em todo o processo. No campo da produção, ela tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações.

Conforme destaca Maria Ignez Paulilo (2004, p. 245):

“[...] nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo. Afinal, o conceito de ‘trabalho produtivo’ foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista” (Paulilo, 2004, p. 245).

Ainda tratando sobre esse desafio da conversão da produção convencional para produção orgânica e do conceito de “trabalho produtivo” trazido por Paulilo (2004), as pesquisadoras Siliprandi e Cintrão (2015) trazem uma afirmativa que explica bem as duas questões, uma vez que segundo elas é sabido que são as mulheres quem primeiro defendem a conversão das propriedades em modelos mais sustentáveis, em função das suas preocupações com a saúde e a alimentação das pessoas e com a preservação do ambiente. São elas também as mais afetadas quando ocorrem problemas de saúde com membros da família, pois é sobre elas que recai o trabalho dos cuidados, que, como se sabe, não é visto como relação de trabalho para extração de mais-valia. Assim sendo, a opção pelo envolvimento com práticas agroecológicas se dá, primeiramente, por questões de saúde e da alimentação saudável.

## **2.6 Produção Orgânica feminina e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**

A partir da experiência acumulada entre as conferências Rio-92 e Rio+20, iniciou-se a gênese da visão atual sobre desenvolvimento sustentável, que culminou na criação da Agenda 2030, que teve como uma de suas principais referências os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), adotados internacionalmente pela Resolução nº 55/2/2000 (ONU, 2000). Os oito ODMs eram compostos por 21 metas, envolvendo temas que vão desde a erradicação da extrema pobreza e da fome, passando pelo combate ao HIV/Aids, até a proteção ambiental (Lago, 2006).

Em setembro de 2015, na Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), surge a nova agenda de desenvolvimento global adotada por unanimidade pelos 193 Estados-membros da ONU. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), compostos por 17 objetivos e 169 metas, fazem parte de uma agenda recomendatória que traduziu o consenso possível entre os países sobre desenvolvimento sustentável (Ramiro, 2021). Eles entraram em vigor em 1º de janeiro de 2016, adotando uma perspectiva abrangente e universal, considerando explicitamente as diferentes realidades nacionais, as capacidades e os níveis de desenvolvimento, respeitando as

políticas e prioridades nacionais. São objetivos e metas universais que se aplicam ao mundo todo, tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento. Eles são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Em 2018, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) aprovou a agroecologia como um caminho para atingir a agenda 2030 e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) interligados (FAO, 2018). Especificamente, a agroecologia foi relatada como central para atingir a agenda 2030 por três razões principais. Primeiro, a agroecologia aborda a fome e a desnutrição de uma perspectiva holística; isso significa que os sistemas alimentares são projetados para abordar as dimensões ambientais, econômicas e sociais da insegurança alimentar. Segundo, contribui para múltiplos ODS sobrepostos (por exemplo, garantir consumo e produção sustentáveis, construir resiliência climática e interromper a perda de biodiversidade). Terceiro, capacita as pessoas a transformarem seus sistemas alimentares para priorizar a diversidade e a igualdade.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (figura 5) são interconectados e abordam os principais desafios do desenvolvimento enfrentados pelas pessoas no Brasil e no mundo (ONU, 2015).

Figura 5 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU.



Fonte: ONU (2015).

Entre estes desafios, é possível citar pelo menos 8 que são diretamente tratados dentro das ações das mulheres rurais na produção orgânica. Tais como a ODS 1 – Erradicação da Pobreza, ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável, ODS 3 – Saúde e Bem-estar, ODS 5 – Igualdade de Gênero, ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 10 – Redução das Desigualdades, ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.

### **3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA**

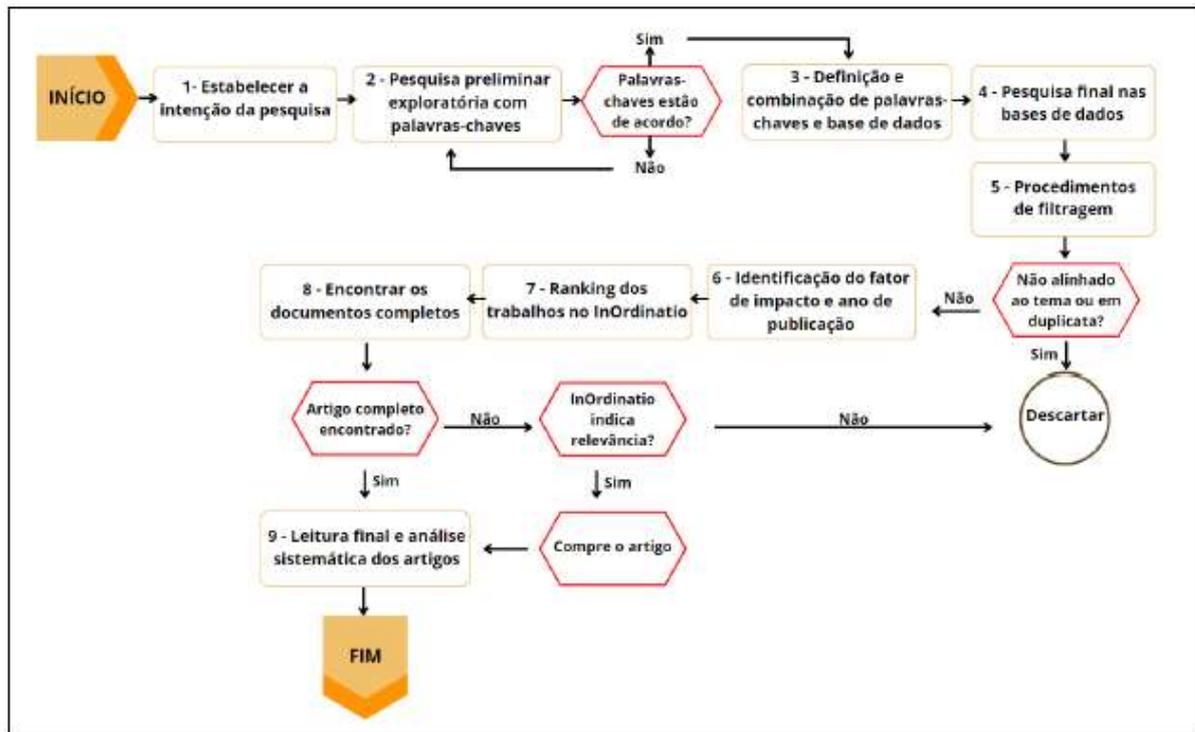
#### **3.1 Descrição Geral da Pesquisa**

Os métodos de investigação consistem nos caminhos percorridos pelo pesquisador a fim de obter respostas aos questionamentos delineados, por meio do uso de técnicas e normas específicas (Pereira, 2023).

A primeira parte da pesquisa utilizou a revisão sistemática de literatura, com o apoio do *Methodi Ordinati* (Pagani, 2015). E a segunda parte da pesquisa adota a abordagem qualitativa, com análise de conteúdo. O estudo classifica-se como exploratório, descritivo, de natureza aplicada.

#### **3.2 Revisão Sistemática de Literatura**

A revisão sistemática de literatura foi realizada com o apoio do *Methodi Ordinati* (figura 6) caracterizado como método multicritério (Pagani *et al.*, 2015). Utilizaram-se três fatores para identificar a relevância do artigo: ano de publicação, número de citações e fator de impacto da revista na qual ocorreu a publicação. Consideraram-se artigos científicos, livros e periódicos publicados, obtidos no portal de busca Periódicos Capes. Filtro para a área de ciências agrárias e ciências sociais foi aplicado, a partir das palavras-chaves e operadores booleanos da seguinte maneira: *organic production AND woman* e *agroecology AND woman, gender AND organic production* e *gender AND agroecology* nas bases de dados Scopus, Google Acadêmico e Mendeley.

Figura 6 – Fases da metodologia *Methodi Ordinatio*.

Fonte: Pereira (2023).

Vale destacar que o item 7, mostrado na figura 6, no qual identifica o ranking dos trabalhos, é realizado através do cálculo indicado por Pagani *et al.* (2015), que fornece o índice *InOrdinatio*, por meio da equação:

$$\text{InOrdinatio} = (\text{FI}/1000) + \alpha^* [10 - (\text{AnoPesq} - \text{AnoPub})] + (\Sigma \text{Ci})$$

Onde: FI é o Fator de Impacto;  $\alpha^*$  é a importância que o pesquisador atribui para o critério ano, que varia de 1 a 10; AnoPesq é o ano da pesquisa, ou seja, o ano em que esta pesquisa foi desenvolvida; AnoPub é ano de publicação, ou seja, o ano em que o artigo foi publicado;  $\Sigma \text{Ci}$  representa o somatório do número de vezes que o artigo foi citado.

### 3.3 Estudo de Campo

#### 3.3.1 Procedimento de Coleta de Dados

A coleta de dados realizou-se através de entrevista semiestruturada com 05 (cinco) produtoras orgânicas e 02 (dois) produtores orgânicos do Distrito Federal e Entorno, 02 (duas)

extensionistas mulheres e 2 (dois) extensionistas homens da Emater/DF, 2 (duas) pesquisadoras e 03 (três) formuladores de políticas públicas, sendo 02 mulheres e 01 homem, com amostra não probabilística, de conveniência e por acessibilidade.

### 3.3.2 Instrumentos

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizados questionários compostos de perguntas que buscaram compreender as percepções dos diferentes atores a respeito da participação feminina na produção orgânica. As entrevistas foram realizadas presencialmente, via e-mail e *WhatsApp* no caso dos entrevistados que não tinham possibilidade de encontro presencial. As entrevistas e questionários foram aplicados entre abril e junho de 2024.

## 4 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Os métodos de entrevistas vêm sendo analisados, nos últimos anos, por meio da técnica proposta por Bardin (1977), a análise de conteúdo. Esta técnica é realizada tanto em dados quantitativos como qualitativos. Pela abordagem qualitativa, ela permite análises profundas de palavras e conceitos, identificando relações em volta dos termos centrais da pesquisa (Rossi; Serralvo; João, 2014).

O livro “Análise de Conteúdo”, de Laurence Bardin (1977), apresenta os passos que devem ser seguidos pelo pesquisador para fazer uma análise científica. Ela aborda questões essenciais, como as diferentes fases da análise de conteúdo, as quais são organizadas em torno de três polos cronológicos, conforme Bardin (1977) aborda:

- a) A pré-análise: fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.
- b) A exploração do material: longa e fastidiosa fase, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas.
- c) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: fase em que os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos. Operações estatísticas simples ou mais complexas, permitem estabelecer quadros

de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise.

Há autores que demonstram as limitações da análise de conteúdo, reforçando ideias de que o pesquisador não é totalmente neutro e outros que destacam uma neutralidade como limitação (Mozzato; Grzybovski, 2011).

O roteiro de entrevista, apêndice A, que aborda características socioeconômicas do perfil das produtoras, foi organizado no programa *Excel Microsoft Office*. Em relação as perguntas que tratam da percepção das produtoras e produtores, apêndice B, foram transcritos e processados. O processo de transcrição ocorreu usando o software *Microsoft Office Word*.

Esse estágio da transcrição envolve a conversão de informações orais em forma escrita. As transcrições não são exatamente uma tarefa que exige um alto nível de especialização, mas isso não significa que seja uma tarefa simples. Existem alguns obstáculos, como a qualidade e a quantidade da gravação em si, os ruídos ao fundo, a interferência e outros elementos auditivos (Azevedo *et al.*, 2017).

Em relação ao apêndice C (percepção de pesquisadoras), apêndice D (agente/formuladores de políticas públicas) e apêndice E (extensionistas rurais), os sujeitos indicam seus pontos de vista em relação a cada pergunta.

#### **4.1 Software IramuteQ**

Para realizar a análise do conteúdo, utilizou-se o IramuteQ, software gratuito desenvolvido por Pierre Ratinaud, pesquisador francês, e que, associado às linguagens de programação R e Python, facilita as análises de dados desde os mais simples aos mais complexos (Camargo; Justo, 2013).

A análise textual é um tipo específico de análise de dados, na qual tratamos de material verbal transcrito, ou seja, de textos (Camargo; Justo, 2013). Essa análise tem várias finalidades, sendo possível analisar textos, entrevistas, documentos, redações, etc. A partir da análise textual é possível descrever um material produzido por um produtor, seja individual ou coletivamente, como também pode-se utilizar a análise textual com a finalidade relacional, comparando produções diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto. Para que se possa compreender a análise textual, é necessário inicialmente explicitar conceitos importantes, como Corpus, Texto e Segmento de texto.

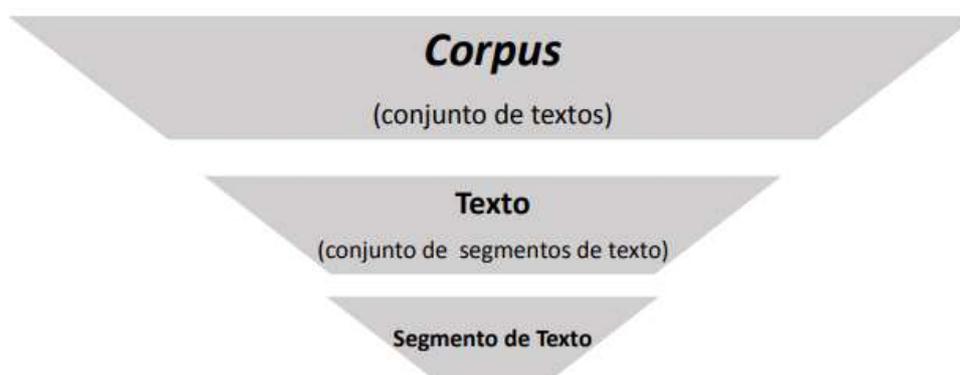
O corpus é construído pelo pesquisador. É o conjunto texto que se pretende analisar,

por exemplo, um corpus composto de respostas a uma questão aberta, que faz parte de um questionário empregado como instrumento de uma pesquisa.

Texto pode ser definido como parte das unidades, é feito pelo pesquisador e depende da natureza da pesquisa. Se a análise vai ser aplicada a um conjunto de entrevistas, cada uma delas será um texto. Caso a análise diga respeito às respostas de “n” participantes a uma questão aberta, cada resposta será um texto e teremos “n” textos. Um conjunto de textos constitui um *corpus* de análise.

Segmentos de texto são excertos de texto, na maior parte das vezes, do tamanho de três linhas, dimensionadas pelo próprio software em função do tamanho do *corpus*. Seu tamanho também pode ser configurado pelo pesquisador. Numa análise padrão, após reconhecer as indicações dos textos a serem analisados, é o software Iramuteq que divide os textos do *corpus* em segmentos de texto.

Figura 7 – Noções de corpus, texto, segmento de texto



Fonte: Camargo e Justo (2013)

O texto deve estar livre de qualquer formatação, alinhado à esquerda e separado por linhas de comando, utilizando asteriscos (Tabela 1). Desta forma, o software reconhece onde inicia e onde termina uma entrevista. Na tabela 1 é possível verificar como foram organizados os comandos destas variáveis: grupo\_1 para “produtoras”, grupo\_2 para “produtores”.

Tabela 1 – Categoria dos entrevistados.

<b>Grupos</b>	<b>Categorias Entrevistadas</b>	<b>Quantidade de pessoas entrevistadas</b>
**** *n_01 *sex_1	Produtoras orgânicas	04

<b>Grupos</b>	<b>Categorias Entrevistadas</b>	<b>Quantidade de pessoas entrevistadas</b>
**** *n_02 *sex_1 **** *n_03 *sex_1 **** *n_04 *sex_1		
**** *n_05 *sex_2 **** *n_06 *sex_2	Produtores orgânicos	02
**** *n_07 *sex_1 **** *n_08 *sex_1	Extensionistas Rurais Mulheres	02
**** *n_09 *sex_2 **** *n_10 *sex_2	Extensionistas Rurais Homens	02
**** *n_11 *sex_1 **** *n_12 *sex_1	Pesquisadoras	02
**** *n_13 *sex_1 **** *n_14 *sex_1	Formuladoras de Política pública	02
**** *n_15 *sex_2	Formulador de Política Pública	01

O software Iramuteq oferece cinco possibilidades de análises: Estatística textual, Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC); Classificação Hierárquica Descendente (método Reinert); Análise de Similitude; e Nuvens de palavras.

A análise estatística do texto identifica a quantidade de palavras, a porcentagem do segmento de texto aproveitada na análise dos dados e o comportamento das frequências de ocorrência das palavras. As Especificidades e Análise Fatorial de Correspondência (AFC) associam textos com modalidades de uma única variável de comparação.

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) visa obter classes de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário

diferente dos segmentos de texto das outras classes (Camargo; Justo, 2013). Esta análise apresenta os dados em formato de dendrograma que demonstra as relações entre as classes. Após o estabelecimento das classes pelo CHD, os motivos predominantes nessas classes foram determinados. Posteriormente, foi realizado um processo de análise de conteúdo, levando à identificação dos atributos mais pertinentes (Camargo; Justo, 2013).

A análise de similitude apresenta as ligações existentes entre as palavras em um corpus por meio de indicadores estatísticos. É possível entender a estrutura de construção do texto e temas de relativa importância, bem como mostra as palavras próximas e distantes umas das outras, em forma de árvore de palavras com suas ramificações a partir das relações guardadas entre si nos textos (Camargo; Justo, 2013).

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 Revisão Sistemática de Literatura (RSL)

Ao longo das leituras e fichamentos realizados dos 23 artigos selecionados, o ponto comum entre os autores é a visão de que a produção orgânica e/ou de base agroecológica não cabe mais ser estudada desatrelada da concepção de desenvolvimento rural e dos estudos da ruralidade, principalmente quando é inserida nessa análise o recorte de gênero.

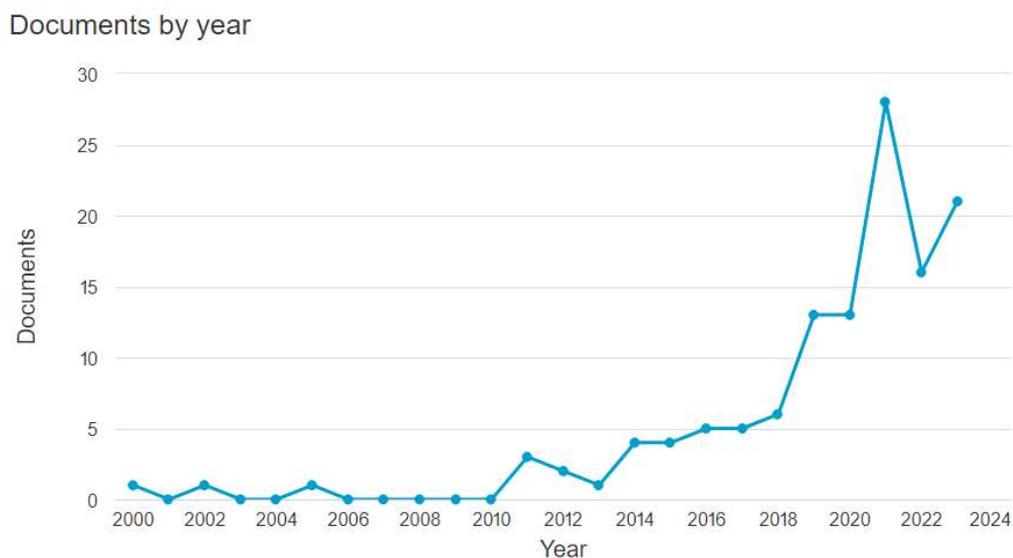
Após busca no *Scopus* foram gerados arquivos em formato CSV e a partir deles foram criados os mapas no *VOSviewer* (*overlay visualization*): *Co-occurrence*, *Co-author*, *Bibliographic coupling* e *Citation*. Além de mapas no software internacional *CiteSpace*. Segue abaixo para visualização *clusters* de palavras-chave.

Na figura 8 é apresentado o mapa de *Co-occurrence* das palavras-chave, o qual tem tema predominante e eixo principal é a palavra “*female*”, localizada no *cluster* vermelho, o qual representa um ponto de vista sobre a segurança alimentar e a saúde pública, em geral.

Os outros grupos se misturaram e não foram tão diferenciados quanto o eixo principal vermelho.



Figura 9 – Crescimento das publicações ao longo do tempo.



Fonte: Scopus (2024)

Através do método multicritério, *Methodi Ordinati*, a revisão sistemática de literatura gerou o ranking de trabalhos elencados na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Ranking dos 23 artigos após aplicação do Methodi Ordinati

Nome do Artigo	Autor (a)	Fi	Publicação	Ci	Ordinatio
Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul	Brumer, A	0	2004	448	439
Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero: Brasil, México e Cuba	Lisboa, T. K; Lusa, M.G.	0	2010	57	54
As mulheres que nos alimentam: empoderamento de gênero (ou falta dele) na zona rural do sul do Brasil	Waltz, A.	3544	2016	29	36
Gênero e as preocupações ambientais de jovens agricultoras: as jovens agricultoras fazem a diferença na agricultura familiar?	Unay-Gailhard, I; Bojnec, S.	3544	2021	16	28
Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais	Leal, L. S. G <i>et al.</i>	0,02	2020	15	22
Carga de trabalho em fazendas familiares orgânicas e convencionais na Suíça	Reissing, L; Kohler, A;	0	2016	17	20

Nome do Artigo	Autor (a)	Fi	Publicação	Ci	Ordinatio
	Rossier, R				
Agroecologia feminista: analisando relações de poder em sistemas alimentares	Trevilla-Espinal, D. L. <i>et al</i>	1,636	2021	12	20
Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil	De Souza Moreira, S. L.; Ferreira, A. P.; Siliprandi, E	0	2018	11	16
Gênero, agroecologia e economia solidária estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul – PR	Silva, F. R. F.	0	2016	12	15
Rompendo a inércia institucional das mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica	Siliprandi, E.	0	2017	11	15
Empoderando as mulheres e construindo sistemas alimentares sustentáveis: um estudo de caso do projeto de inovação agrícola local de Cuba	Benitez, B. <i>et al.</i>	0	2020	8	15
Mulheres, agroecologia e Estado: Novas perspectivas sobre a ampliação da agroecologia a partir de uma pesquisa de campo no Chile	Mestmacher, J; Braun, A.	1,636	2021	6	14
Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar	Caumo, A. J.; Staduto, J. A. R.	0	2014	11	12
“Percorri todo esse caminho para receber treinamento, será que vou mesmo ser ensinado por uma mulher?” Fatores que apoiam e dificultam a participação das mulheres na agroecologia na Costa Rica	Sylvester, O.; Little, M.	1,636	2020	4	12
Agroecologia e emancipação de gênero: protagonismo das mulheres do assentamento Osvaldo de Oliveira	Câmara, A. A. F.; Soares, P. B. D.; Zavatário, L. C.	0	2020	3	10
Impactos ambientais e socioeconômicos da	Munoz, M. S. G.	0	2021	2	10

Nome do Artigo	Autor (a)	Fi	Publicação	Ci	Ordinatio
produção integrada de base ecológica em unidades de produção familiar no Distrito Federal e entorno	<i>et al.</i>				
Qual a contribuição da agroecologia para a criação de empregos na África Subsaariana? O caso da horticultura em Niayes, Senegal	Laske, E.; Michel, S.	1,636	2022	1	10
Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu	Bezerra, A. G. C <i>et al.</i>	1,636	2019	1	10
A produção e o consumo de alimentos orgânicos – contribuições acadêmicas, econômicas e sociais	Petry, C. A.; Cordeiro, J.	0	2022	1	10
Segurança alimentar e mulheres: uma abordagem sobre a relação entre políticas públicas de igualdade de gênero no campo e os objetivos do desenvolvimento sustentável	Izolani, F. I.; Angelin, R.; Cervin, J. R.	0	2022	0	9
Agrofloresta na araucania andina: uma experiência de transição agroecológica com mulheres de Cherquén no sul do Chile	Parada, S. P. <i>et al.</i>	2,58	2020	2	9
Reforma Agrária, Mulheres e Agroecologia construindo o consumo consciente em Três Lagoas MS	Almeida, R. A. de	0	2020	2	9
Soberania alimentar, agroecologia e gênero. Contribuições com base em pesquisa realizada no agreste de Pernambuco	Aubin, L.; Butto- Zarzar, A.; Cavalcanti, J. S. B	0	2020	2	9

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Para a análise dos aspectos metodológicos e temáticos dos artigos teórico-empíricos especificados na tabela 3, foram categorizados os seguintes aspectos: a) delineamento da pesquisa; b) natureza do estudo; c) técnicas de coleta de dados; d) técnicas de análise; e) abordagem da pesquisa; f) finalidade do estudo; g) tipo de amostra; h) origem dos dados.

Tabela 3 – Síntese da categorização dos artigos analisados.

Análise Metodológica	Classificação	Frequência (%)
----------------------	---------------	----------------

<b>Análise Metodológica</b>	<b>Classificação</b>	<b>Frequência (%)</b>
Delineamento da pesquisa	Estudo de campo e estudo de caso	85
Natureza do estudo	Relato de experiência	75
Técnicas de Coleta	Mista	100
Técnicas de Análise	Mista	100
Abordagem dos dados	Qualitativa	100
Finalidade dos estudos	Gerar conhecimento	95
Origem dos dados	Primários e Secundários	100

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Em síntese, a maior parte dos artigos analisados (85%) apresenta delineamento baseado em estudos de campo e estudos de caso além de pesquisas bibliográficas, sendo a natureza do estudo predominantemente a de relatos de experiência, com técnicas de coleta e de análise mistas (análise bibliográfica, conteúdo, interpretativa, documental, observacional). A origem dos dados se dá de forma primária e secundária, com amostras não probabilísticas. De forma exploratória, as pesquisas procuram investigar um problema, de modo a fornecer informações para uma verificação mais precisa, buscando conectar os dados e informações para compreender causa e efeito, como, por exemplo, como ocorre a invisibilização do trabalho feminino e a busca pelo protagonismo no contexto agroecológico, buscando compreender suas causas e consequências. A abordagem dos dados é marcadamente qualitativa e tem como finalidade a geração de conhecimento, o que sinaliza a necessidade de estudos também com abordagem quantitativa com finalidade de gerar instrumentos e tecnologias, para que a área de estudo possa se expandir.

Ao longo da RSL foram identificadas as atribuições de papéis de gênero, sendo da mulher a função de garantidora da segurança alimentar da família. Esse processo vai desde o preparo da terra até a colheita, escolha dos melhores alimentos e, por fim, cozinhar para nutrir uma variedade enorme de pessoas sob seus cuidados, como crianças, idosos, doentes e trabalhadores que precisam de uma comida nutritiva todos os dias. São as agricultoras as detentoras dos saberes tradicionais e medicinais e se ocupam da criação dos animais de pequeno porte.

Por outro lado, a invisibilização do trabalho feminino no campo é recorrente. As mulheres não são vistas como trabalhadoras e, conseqüentemente, seu trabalho é considerado “apenas uma ajuda”. Segundo dados da maioria dos países da América Latina e Caribe, entre

70% e 90% das mulheres trabalhadoras não têm emprego formal ou proteção social e estão em empregos temporários (OIT, 2012).

O empoderamento das mulheres rurais nos países em desenvolvimento é uma questão importante a ser estudada e a consequente promoção de ações práticas. Essa ideia foi reforçada por várias organizações que adotaram campanhas de empoderamento de mulheres rurais para revitalizar economias e paisagens rurais (Waltz, 2016). A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012) sugere que países, como o Brasil, poderiam realmente resolver questões de segurança alimentar e pobreza através do empoderamento das mulheres rurais. O maior envolvimento das mulheres na economia reduz a taxa de pobreza, e o aumento do acesso aos recursos para as mulheres rurais aumenta a produção agrícola e a segurança alimentar.

Esta contribuição é significativa em uma sociedade como a brasileira, que apresenta altos níveis de desigualdade (*International Food Policy Research Institute*, 2015). Por isso, o empoderamento feminino não está estritamente ligado a melhores condições de vida delas apenas, mas para o aprimoramento da sociedade como um todo.

Para Tassi e Bezerra (2020), uma análise sob uma perspectiva feminista, considerando assim uma realidade objetiva, impõe às mulheres uma responsabilidade quase que exclusiva sobre o ato de alimentar. Alinhadas a essa assertiva, é possível inferir que as mulheres assumem o protagonismo do ser/fazer da relação agroecologia, alimentação e nutrição uma realidade possível.

Sobre essa constatação, Esteve (2017) demonstra o papel fundamental das mulheres em materializar tais ações. Segundo a autora, entre 60% e 80% da produção de alimentos nos países do hemisfério sul é realizada por mulheres. No entanto, esses processos não são contabilizados na macroeconomia, por tal motivo, invisibilizados.

Apesar das mulheres demonstrarem serem versáteis e equilibrar com profissionalismo a economia doméstica, o trabalho de cuidadora de crianças e idosos e o trabalho no campo com gestão dos recursos naturais, ainda são poucas que têm a oportunidade de participar ativamente dos processos de decisão referentes à produção e a propriedade.

O Brasil é um país grande e diversificado, com muitas histórias diferentes, e seria necessário realizar vários estudos regionais para fazer uma análise coletiva sobre a situação das mulheres rurais brasileiras e suas especificidades, e mensurar o grau de importância delas na produção orgânica e promoção da segurança alimentar do país (Waltz, 2016).

A pesquisadora Anita Brumer (2004) aponta que estudos diversos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um

modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Quando se fala sobre as divisões de trabalho, os homens predominaram nas atividades de pesca e aquicultura, floresta, exploração, apicultura e sericultura. As mulheres predominaram no cuidado de aves e pequenos animais, atividade na qual representavam 82% das trabalhadoras e, em menor grau, na horticultura e na floricultura. As atividades em que as mulheres são maioria são geralmente realizadas no espaço considerado “doméstico” e fazem parte do trabalho na cozinha, jardim e quintal, basicamente para a subsistência da família (Brumer, 2018).

Estudos concluem que as mulheres agricultoras mostram maior sensibilidade em relação às atividades ambientais e estão mais envolvidas com a agricultura orgânica, práticas agrícolas sustentáveis e agricultura alternativa em relação aos agricultores (Unay-Gailhard, 2021). Na gestão desse espaço e do tempo está o protagonismo da maioria das mulheres rurais, uma vez que têm suas atividades relacionadas ao ambiente da família, preocupadas com a disponibilidade, diversidade e segurança alimentar (Leal *et al.*, 2020).

Nos últimos tempos, vem se observando que a população busca alimentos saudáveis e livres de produtos químicos. Com vistas a atender tais anseios, a agricultura orgânica se posiciona para levar comida fresca às mesas e com isso contribuir para a preservação da natureza (Petry; Cordeiro, 2022).

Em que pese a presente pesquisa ter focado na realidade brasileira, é válido citar a pesquisa de Reissing, Kohler e Rossier (2016) no setor agrícola suíço, pois trata de um estudo de caso interessante, onde predominam as fazendas familiares. Não apenas as atividades que geram renda são relatadas, como o trabalho agrícola, mas também o uso do tempo para trabalho não remunerado, como tarefas domésticas ou criação de filhos de todos os membros de uma fazenda familiar.

Os estudos na Suíça mostraram dados relevantes sobre a distribuição das atividades desempenhadas. Observou-se que as mulheres rurais em fazendas orgânicas trabalham significativamente mais (191 minutos por dia) no total em fazendas de produtos especializados, assim como o fazendeiro (247 minutos por dia). Ambos passam uma grande parte do trabalho relacionado à fazenda. Enquanto as mulheres rurais passam o tempo também em tarefas domésticas, os fazendeiros passam no trabalho agrícola, de acordo com o modelo tradicional na agricultura.

Os estudos de Laske e Michel (2022) possibilitaram que a presente pesquisa fizesse

também um paralelo com a realidade vivenciada no Senegal, uma vez que estas pesquisadoras realizaram seu estudo no país africano. E nas pesquisas puderam também observar a jornada dupla de trabalho encontrada pelas mulheres trabalhadoras de propriedades que cultivam alimentos de base agroecológica.

No Brasil, Moreira, Ferreira e Siliprandi (2018) trazem em seus estudos o aprofundamento da abordagem feminista, onde afirmam que as mulheres sempre foram protagonistas na construção agroecológica brasileira. Estiveram presentes na base da sua construção, no campo, onde chegam a representar mais de 70% da mão de obra agrícola na agricultura familiar (OIT, 2012), e são geralmente as responsáveis diretas por iniciar e divulgar experiências agroecológicas e de segurança alimentar. Mas, para além da sua participação na base produtiva, as mulheres também estão fortemente presentes na pesquisa acadêmica, na assistência técnica, na cooperação para o desenvolvimento, nas formulações e na execução de políticas públicas, e em todos os demais campos de ação em que se constrói a ciência agroecologia.

Silva (2016) conclui após suas pesquisas que, sem um debate de gênero que envolva todos os atores no processo, pode não ocorrer uma transformação social com justiça e equidade, uma vez que a opressão de gênero é produto também das mais profundas desigualdades na sociedade.

Há evidências crescentes de que a agroecologia pode e promove essa igualdade, valorizando o conhecimento e a participação das mulheres de uma maneira que desafia os desequilíbrios de poder de gênero, característicos dos sistemas agroalimentares convencionais (Benítez *et al.*, 2020), por meio da adoção de modelos de agricultura alternativos, incluindo a produção orgânica.

A decisão de evitar o uso de agrotóxicos também está relacionada à crescente demanda por alimentos saudáveis da população (Mestmacher; Braun, 2021). Os sistemas orgânicos, principalmente quando adotados pelos agricultores familiares, são em essência tecnologias sociais que buscam, entre outras coisas, a soberania e segurança alimentar.

Caumo e Staduto (2014) trazem, através de suas pesquisas, um ponto pertinente com relação ao papel das mulheres nas atividades de reprodução. Apontando que elas ainda sofrem com desigualdade nas relações gênero, entretanto, na expansão da agricultura orgânica, o que se espera é que os homens sejam mais sensíveis a essas relações, visto que, enquanto produtores orgânicos em vários aspectos também são discriminados e pouco respeitados, pois são produtores “estranhos” ao seu território, liderado por produtores convencionais.

Sylvester e Little (2020) abordam a oportunidade econômica em seus estudos,

chegando à conclusão de que a agroecologia, representadas por sistemas de cultivo, representa uma atividade econômica para as mulheres que ao vender seus produtos localmente acessam uma oportunidade única de que o dinheiro vá diretamente para elas em vez de para seus parceiros homens.

Câmara, Soares e Zavatário (2020) tratam do ponto de interseção entre a agricultura familiar, gênero e agroecologia. Afirmam que o que se tem por gênero é uma construção do processo de socialização, construção social mesma que instituiu diferenças entre esses gêneros; distinções hierárquicas, de identidade, e da construção social do que é ser homem e do que é ser mulher, em que este ser homem possui maior status social. Na agricultura familiar, existe também a desigualdade no que tange o trabalho, privilegiando o homem enquanto as mulheres cuidam da casa ou atividade de produção tidas como ‘menores’, a exemplo de pequenas criações e das hortas, referenciando-as apenas como “ajudantes”, como mencionado anteriormente.

Conforme discorre Whatmore (1991), as tarefas executadas pelas mulheres são de tal maneira obscurecidas que o trabalho envolvido parece se realizar a si mesmo, ou simplesmente acontecer.

Na pesquisa de Bezerra *et al.* (2019) no mercado local realizado em São José de Mipibu, no Rio Grande do Norte, as mulheres camponesas são as protagonistas, encontrando nele uma estratégia para suprir suas necessidades de subsistência. Por meio de sua participação na produção de base agroecológica e nos mercados locais, elas alcançam melhorias materiais, socioculturais e subjetivas relacionadas ao fornecimento de alimentos e cuidados para suas famílias. No entanto, as relações de poder subjacentes à divisão sexual do trabalho, que torna as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, permanecem, pois, as cargas de trabalho das mulheres aumentam com seu envolvimento no mercado local. Por essa razão, este estudo de caso demonstra que a igualdade de gênero não é automaticamente alcançada pela implementação de práticas de base agroecológica nas fazendas ou pela participação em mercados locais.

Izolani, Cervin e Angelin (2022) abordam que as mulheres são guardiãs de saberes milenares sobre alimentação, além de cumprirem um importante papel na preservação da biodiversidade, são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos saudáveis, contribuindo para o desenvolvimento econômico e agrícola sustentáveis, em especial, no que diz respeito à promoção da segurança alimentar. Entretanto, embora sejam a peça-chave para o alcance deste direito fundamental, as mulheres representam a parte mais afetada pela fome e pela desnutrição.

Aubin, Butto-Zartar e Cavalcanti (2020) realizaram uma pesquisa no Agreste pernambucano sobre as inter-relações entre soberania alimentar, feminismo e agroecologia. Temas estes de grande impacto para o presente estudo. As autoras buscam analisar, entre outras coisas, as relações de poder que resultam das desigualdades de gênero que as mulheres rurais enfrentam na busca da soberania alimentar, discutindo o lugar da agroecologia nesse conflito.

Segundo Lisboa e Lusa (2010), ao aproximar-se de autores e autoras que trabalham com as propostas de desenvolvimento humano, são unânimes em afirmar que as mulheres desempenham papel fundamental nesse processo porque são elas que produzem a maior parte dos alimentos consumidos em todo o mundo.

Verificou-se o protagonismo feminino no campo, de forma geral, mas não foram identificados estudos que tratem da realidade das mulheres indígenas e negras, que são as mais expostas às condições de precariedade nos sistemas agroalimentares, onde seus conhecimentos e seu trabalho de produção e reprodução continuam a ser subvalorizados. Exemplo disso é a escassez de estudos e dados que possam dar visibilidade às suas condições em termos gerais (Trevilla-Espinal *et al.*, 2021).

## **5.2 Sugestão de Agenda de Pesquisa com base nos achados da literatura**

Como proposta de agenda, alinhada à temática ora apresentada, e para uma iniciativa preliminar, seguem três direcionadores que poderão contribuir tanto ao interesse acadêmico quanto à visibilidade do trabalho das mulheres rurais:

- Análise do protagonismo das mulheres rurais na promoção da agroecologia e nas práticas de economia feminista e solidária, considerando sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida e renda.
- Estudo da transição agroecológica e suas etapas, levando em conta o papel das mulheres rurais nesse processo, especialmente em relação à disponibilidade, diversidade e segurança alimentar. É recomendável vincular essa agenda aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável. O objetivo é promover práticas agrícolas mais sustentáveis e inclusivas, garantindo a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades rurais.
- Análise das preocupações ambientais das mulheres em comparação aos homens. É

importante analisar a argumentação e a causalidade por trás dessas preocupações, identificando possíveis lacunas e desigualdades. O objetivo é promover maior conscientização sobre as questões ambientais e de gênero, buscando soluções mais equitativas e sustentáveis.

Essas frentes de trabalho podem ser realizadas por meio de pesquisas acadêmicas, parcerias com organizações da sociedade civil e governamentais e envolvimento de indivíduos das próprias comunidades rurais. É recomendável abordagem multidisciplinar, composta de áreas como agricultura, gênero, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. O objetivo final é promover a igualdade de gênero, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento inclusivo nas áreas rurais.

### 5.3 Correlação com as ODS

Através dos artigos selecionados no *Methodi Ordinati*, relacionou-se os temas abordados nos artigos analisados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), da Agenda 2030.

Na tabela 4 abaixo é possível verificar os objetivos de cada artigo selecionado no *Methodi Ordinati* com algumas das ODS, sendo elas:

- ODS 1 Erradicação da Pobreza
- ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável
- ODS 3 Saúde e Bem-estar
- ODS 5 Igualdade de Gênero
- ODS 8 Trabalho Decente e Crescimento Econômico
- ODS 10 Redução das Desigualdades
- ODS 12 Consumo e Produção Responsáveis

Tabela 4 – Relação dos temas abordados nos artigos analisados com os ODS

Artigo	Autor (a)	Objetivos dos artigos	ODS
Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul	Brumer, A	Analisar as causas da mais acentuada migração rural-urbana de moças do que de rapazes rurais, com base na forma de inserção das mulheres na	ODS 5 ODS 10

Artigo	Autor (a)	Objetivos dos artigos	ODS
		unidade de produção familiar agrícola.	
Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero: Brasil, México e Cuba	Lisboa, T. K; Lusa, M.G.	Trazer para o debate as concepções de alguns autores sobre desenvolvimento sustentável e, a partir de uma pesquisa realizada em três países (Brasil, México e Cuba), ressaltar o protagonismo das mulheres camponesas junto à produção de alimentos e ao manejo de recursos naturais; a força dos movimentos de mulheres camponesas na conquista de direitos; e a decisiva participação das mulheres na definição e propostas de políticas públicas que garantam a equidade de gênero no meio rural.	ODS 1 ODS 3 ODS 5
As mulheres que nos alimentam: empoderamento de gênero (ou falta dele) na zona rural do sul do Brasil	Waltz, A.	Entender o que estudos recentes sobre a modernização da agricultura brasileira dizem sobre as mudanças na dinâmica de gênero à medida que uma fazenda familiar tradicional se move para estratégias alternativas de reprodução e como esses respectivos papéis empoderam ou desempoderam as mulheres	ODS 2 ODS 5 ODS 10
Gênero e as preocupações ambientais de jovens agricultoras: as jovens agricultoras fazem a diferença na agricultura familiar?	Unay-Gailhard, I; Bojnec, S.	Investigar como o aumento da visibilidade das mulheres nas fazendas familiares e a sensibilidade das jovens mulheres às preocupações ambientais em relação aos homens se desenrolam na dinâmica da adoção de Medidas Agroambientais-Climáticas (AECMs)	ODS 2 ODS 5 ODS 12
Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais	Leal, L. S. G	Investigar a relação entre os conhecimentos tradicionais das mulheres rurais com as práticas agroecológicas realizadas nos quintais produtivos.	ODS 3 ODS 5 ODS 12

<b>Artigo</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Objetivos dos artigos</b>	<b>ODS</b>
Carga de trabalho em fazendas familiares orgânicas e convencionais na Suíça	Reissing, L; Kohler, A; Rossier, R	Analisar estudos que mostram que a agricultura orgânica está associada a mais trabalho do que a agricultura convencional, e que as mulheres rurais em fazendas orgânicas trabalham significativamente mais.	ODS 5 ODS 8 ODS 10
Agroecologia feminista: analisando relações de poder em sistemas alimentares	Trevilla-Espinal, D. L. <i>et al.</i>	Analisar encontros liderados por mulheres de diferentes territórios da América Latina e do Caribe, nos quais abordaram problemas e alternativas relacionados à alimentação e à agricultura. Analisar a matriz de opressões: heteropatriarcado, capitalismo e colonialismo, para entender as relações de poder no atual sistema alimentar corporativo industrial.	ODS 5 ODS 10 ODS 12
Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil	Moreira, S. L. S; Siliprandi, E.	Chamar a atenção para a presença feminina nos movimentos agroecológicos no Brasil, como uma tentativa de resgatar momentos importantes dessa trajetória, desde os anos 1980 até o momento atual.	ODS 5 ODS 10
Gênero, agroecologia e economia solidária estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul – PR	Silva, F. R. F.	Analisar a importância da participação das mulheres camponesas em grupos produtivos, que adotam a agroecologia como estratégia de desenvolvimento local, a fim de se possibilitar maior inclusão da questão de gênero na discussão de desenvolvimento rural sustentável.	ODS 2 ODS 3 ODS 5 ODS 10
Rompendo a inércia institucional das mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica	Siliprandi, E.	Chamar atenção para a avaliação feita pelas próprias lideranças nos movimentos de mulheres rurais, organizações não governamentais e agentes públicos, nos processos de	ODS 2 ODS 5

Artigo	Autor (a)	Objetivos dos artigos	ODS
		diálogo político de definição das políticas e dos planos no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), sobre os ganhos alcançados e as questões que seguem abertas.	
Empoderando as mulheres e construindo sistemas alimentares sustentáveis: um estudo de caso do projeto de inovação agrícola local de Cuba	Benitez, B.	Apresenta um estudo de caso do Projeto de Inovação Agrícola Local de Cuba (PIAL por suas iniciais em espanhol), com foco em seus elementos específicos de gênero	ODS 3 ODS 5 ODS 8 ODS 10
Mulheres, agroecologia e Estado: Novas perspectivas sobre a ampliação da agroecologia a partir de uma pesquisa de campo no Chile	Mestmacher, J; Braun, A.	Contribuir para a discussão sobre o papel do Estado na expansão da agroecologia, analisando o impacto de diferentes atores estatais nas trajetórias de mulheres camponesas que tentam sobreviver da agricultura e aplicam métodos de produção ecológicos.	ODS 5 ODS 8 ODS 12
Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar	Caumo, A. J.; Staduto, J. A. R.	Analisar a participação das mulheres nas atividades da agricultura orgânica sob uma perspectiva de gênero e, mais especificamente, nas decisões, geração e apropriação da renda, como uma estratégia para o desenvolvimento rural.	ODS 3 ODS 5 ODS 12
“Percorri todo esse caminho para receber treinamento, será que vou mesmo ser ensinado por uma mulher?” Fatores que apoiam e dificultam a participação das mulheres na agroecologia na Costa Rica	Silvester, O.; Little, M.	Análise feminista das motivações e barreiras das mulheres à participação na produção agroecológica na Costa Rica.	ODS 5 ODS 8 ODS 10
Agroecologia e emancipação de gênero	Câmara, A. A. F.; Soares, P. B.	Analisar a importância da agricultura familiar e da agroecologia na	ODS 5

Artigo	Autor (a)	Objetivos dos artigos	ODS
	D.; Zavatário, L. C	promoção e manutenção da equidade e emancipação de gênero a partir das experiências de assentadas.	ODS 10
Impactos ambientais e socioeconômicos da produção integrada de base ecológica em unidades de produção familiar no Distrito Federal e entorno	Munoz, M. S. G. <i>et al.</i>	Analisar os impactos ambientais e socioeconômicos da produção integrada de base ecológica, considerando a sustentabilidade em longo prazo das atividades de produção vegetal e da criação animal nas unidades produtivas.	ODS 3 ODS 5 ODS 8 ODS12
Qual a contribuição da agroecologia para a criação de empregos na África Subsaariana? O caso da horticultura em Niayes, Senegal	Laske, E.; Michel, S.	Analisar dados de famílias agrícolas na área de Niayes, no Senegal, coletados em 2019 e usar um método de agrupamento para agrupar fazendas e classificá-las de acordo com práticas agroecológicas.	ODS 1 ODS 2 ODS 8
Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu	Bezerra, A. G. <i>C. et al.</i>	Analisar a participação das mulheres na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu e sua interface com a agroecologia, que proporciona ampliação da renda e reforçou a produção agroecológica uma vez que promove novas relações sociais para as mulheres com melhora da autoestima e autoconfiança.	ODS 2 ODS 5 ODS 8
A produção e o consumo de alimentos orgânicos – contribuições acadêmicas, econômicas e sociais	Petry, C. A.; Cordeiro, J.	Analisar como o projeto de extensão “Alimentos Orgânicos” influenciou a produção e o consumo deste tipo de alimento.	ODS 3 ODS 5 ODS 8
Segurança alimentar e mulheres: uma abordagem sobre a relação entre políticas públicas de igualdade de gênero no campo e os objetivos do desenvolvimento sustentável	Izolani, F. I.; Angelin, R.; Cervin, J. R.	Compreender os limites e as possibilidades de promoção do direito à segurança alimentar a partir da implementação de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero no campo.	ODS 1 ODS 3 ODS 5 ODS 10

<b>Artigo</b>	<b>Autor (a)</b>	<b>Objetivos dos artigos</b>	<b>ODS</b>
Agrofloresta na araucania andina: uma experiência de transição agroecológica com mulheres de Cherquén no sul do Chile	Parada, S. P. <i>et al.</i>	Analisa o processo de transição agroecológica de um grupo de mulheres do sopé andino do sul do Chile no estabelecimento de um sistema agroflorestal baseado na rosa mosqueta.	ODS 3 ODS 5 ODS 8
Reforma Agrária, Mulheres e Agroecologia construindo o consumo consciente em Três Lagoas MS	Almeida, R. A. de	Destacar o protagonismo das mulheres camponesas que vivem e trabalham no assentamento de reforma agrária “20 de Março”, em Três Lagoas/MS. Compreendendo esse protagonismo na perspectiva da luta para permanecer na terra, expressa no desenvolvimento de estratégias produtivas e de comercialização na direção agroecológica.	ODS 5 ODS 10 ODS 12
Soberania alimentar, agroecologia e gênero. Contribuições com base em pesquisa realizada no agreste de Pernambuco	Butto-Zartar, A. <i>et al</i>	Analisar evidências e possibilidades geradas pelo trabalho e participação das mulheres em associações e comunidades locais, traduzidas em termos dos usos dos bens comuns, dieta saudável e agricultura sustentável.	ODS 1 ODS 5 ODS 8 ODS 12

Fonte: elaborado pela autora (2024).

## 5.4 Resultados do Estudo de Campo

Inicialmente, cabe mencionar que os relatos obtidos nas entrevistas realizadas com os diferentes atores sobre o papel das mulheres rurais no contexto da produção orgânica e de base agroecológica, encontram ressonância nos dados levantados por órgãos como IBGE, IPEA e FAO acerca do trabalho desenvolvido pelas mulheres rurais.

As dimensões de 1 a 11 do questionário, que tratam da percepção das produtoras a respeito do trabalho desenvolvido por elas na produção orgânica, foram transcritos e

processados no programa IramuteQ e serão, a seguir discutidos.

Com o objetivo de assegurar a confiabilidade e robustez das informações levantadas, foram analisadas tanto as percepções dos atores entrevistados sobre o trabalho das mulheres, quanto as reais atividades práticas executadas pelas mulheres na Unidade de Produção, nos quintais e arredores da casa, no processamento dos produtos ou na comercialização, conforme especificado abaixo (Tabela 5).

Tabela 5 – Atividades desenvolvidas pelas produtoras entrevistadas.

<b>Produtora</b>	<b>Atividades que desempenham</b>
01	Colheita, cozinhar, lavar e limpeza da casa, comercialização.
02	Cuidados e criação de animais de pequeno porte, cozinhar, arar, transplante de mudas, semear, colher, capinar, cuidados com a horta, limpeza da casa, comercialização.
03	Cozinhar, limpeza da casa, colheita, comercialização, cuidado com os filhos.
04	Cozinhar, participação de grupos diretores, projetos e comunidades.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

As entrevistas realizadas com produtoras orgânicas demonstraram que as mulheres rurais percebem que desempenham múltiplas funções no trabalho, em alinhamento com as atividades práticas especificadas na Tabela 5. De fato, em seus relatos as mulheres afirmaram que são as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo segundo turno de trabalho no campo, onde realizam as atividades de semear, colher e cuidar da qualidade dos produtos. Não obstante, o impacto positivo da produção orgânica na vida dessas mulheres é percebido por elas com grande valor, conforme registrado na narrativa de uma **produtora**:

“Criei meus filhos com o conceito do que é alimentação e respeito ao meio ambiente. Na minha mesa sempre valorizo a qualidade da comida. Comer bem, não abrimos mão. Levei muita gente para o sindicato de orgânicos, converti muita gente na feira de produtores para o orgânico. Porque tem muita gente que não vive o conceito do produto orgânico. Produção orgânica não é para qualquer um, é para pessoas ímpares, tem que viver o conceito.” (E01)

Nessa perspectiva, os impactos positivos da produção orgânica relatados pelas mulheres entrevistadas são similares aos resultados encontrados por Petry e Cordeiro (2022). Os referidos autores demonstraram a influência das práticas extensionistas exercidas por meio de palestras nas escolas, interação com o público consumidor e produtores rurais na formação pessoal e profissional e sobretudo, no entendimento mais amplo das questões sociais e na

cooperação com a cadeia produtiva de orgânicos.

Adicionalmente, o protagonismo da maioria das mulheres rurais é enfatizado por Leal et al. (2020). Os dados obtidos na pesquisa conduzida por esses autores junto a uma amostra de mulheres envolvidas na transição agroecológica na região de Araraquara, evidenciaram que nos quintais de agroecologia e de trabalho feminino, as mulheres aplicam conhecimentos tradicionais de manejo agrícola. Com seu trabalho, as agricultoras contribuem de maneira significativa para a economia das famílias com a produção de alimentos que garantem a qualidade e a regularidade das refeições cotidianas. Em síntese, uma vez que as mulheres rurais desenvolvem suas atividades de forma estreitamente relacionada ao ambiente familiar, seu foco de atenção tende a recair na disponibilidade, diversidade e segurança alimentar.

Ao longo das entrevistas, foi possível registrar que os agentes de políticas públicas compreendem no ambiente rural o machismo ainda muito presente, sendo recorrente o relato de como o trabalho das mulheres é desvalorizado em sua contribuição para o sustento da família. No entanto, também é percebido por esses agentes que nos Movimentos Orgânicos e Agroecológicos as questões de gênero são tratadas como pautas obrigatórias no desenho das políticas públicas e nas ações de fomento, havendo assim uma relação de construção de consciência muito mais significativa que vem pelo campo agroecológico se comparado até com outros movimentos sociais. Na fala a seguir, a **Agente/formuladora de políticas públicas** fala desse contexto.

“No ambiente rural, o machismo é muito presente e é recorrente o relato de mulheres desvalorizadas em sua contribuição para o sustento da família. No entanto, nos Movimentos Orgânico e Agroecológico as questões de gênero são tratadas como pautas obrigatórias no desenho das políticas públicas e nas ações de fomento. Portanto, acredito que a Produção Orgânica promove uma transformação, que busca o equilíbrio e o reconhecimento do trabalho da mulher e do homem do campo. Mas é um processo em construção, pois são preconceitos estruturais, que precisam ser desconstruídos a todo momento, em todos os espaços onde a mulher atua. Não acho que há divergência no trabalho de homens e mulheres, mas diferenças inerentes que se refletem no resultado alcançado. A mulher, quando têm filhos, precisa dispor de tempo para os cuidados com a família, o que a distancia de algumas tarefas cotidianas do trabalho no campo. Mas em tarefas que merecem mais cuidado e delicadeza, como a colheita, as mulheres são preferidas. Mas não vejo que exista uma regra, e sim uma adaptação ao contexto. Temos exemplos de mulheres, que juntas, encontraram seu espaço e desenvolveram atividades lucrativas e estão prosperando. Mas também, soube de esposos que boicotaram a produção orgânica de suas mulheres, aplicando agrotóxico em seus produtos. É preciso falar sobre promover o diálogo, para uma mudança efetiva.” (E14)

O ponto de interseção entre a agricultura familiar, gênero e agroecologia é abordado por Câmara, Soares e Zavatário (2020). Afirmam os referidos autores, que a concepção de gênero é uma construção social que instituiu diferenças entre esses gêneros; distinções hierárquicas, de identidade, e da construção social do que é ser homem e do que é ser mulher, em que este ser homem possui maior *status* social. Os autores assinalam que na agricultura familiar, existe também a desigualdade no que tange o trabalho, privilegiando o homem enquanto as mulheres cuidam da casa ou atividade de produção tidas como ‘menores’, a exemplo de pequenas criações e das hortas, referenciando-as apenas como “ajudantes”.

Dentro desse enfoque, ainda que na pesquisa conduzida por Bezerra *et al.* (2019), as mulheres camponesas sejam as protagonistas e que por meio de sua participação na produção de base agroecológica e nos mercados locais, elas alcancem melhorias materiais, socioculturais e subjetivas relacionadas ao fornecimento de alimentos e cuidados para suas famílias, permanecem as relações de poder subjacentes à divisão sexual do trabalho, que torna as mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados, pois, a carga de trabalho das mulheres aumenta com seu envolvimento no mercado local. Por essa razão, em consonância com o relato da agente/formuladora de políticas públicas, este estudo de caso demonstra que a igualdade de gênero não é automaticamente alcançada pela implementação de práticas de base agroecológica nas fazendas ou pela participação em mercados locais.

Da mesma forma, Izolani *et al.* (2022) também abordam a importância da compreensão dos limites e das possibilidades de promoção do direito à segurança alimentar a partir da implementação de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero no campo. Destacam ainda, que a desigualdade de gênero no campo também está presente nas questões atinentes à segurança alimentar, a medida em que as mulheres desempenham um papel fundamental neste sentido, contudo, sem o mesmo poder dos homens. Os desafios que os entrevistados apontaram para que as políticas públicas realmente se demonstrem efetivas no combate à desigualdade de gênero é positivar esse direito, torná-lo realmente algo que seja prática das políticas públicas, ou seja, primeiro as políticas devem ser mais propositivas nesse sentido, e a outra é criar reais condições para que as mulheres possam participar, como acesso à informação e ao assessoramento técnico é fundamental.

Com foco no assessoramento técnico, buscou-se também entrevistar extensionistas rurais que realizam o trabalho de campo diretamente nas propriedades e em contato direto com agricultoras, visando analisar como está a percepção desse agente essencial para o desenvolvimento do trabalho nas propriedades rurais e como a questão de gênero é percebida e tratada nas visitas técnicas. Depoimentos das **Extensionistas** são importantes para a

compreensão de algumas dinâmicas das situações vividas pelas mulheres no campo, conforme exemplificado por esse relato:

“Tem um cuidado que a gente tem que ter, porque quando a gente empodera muito a mulher no campo, isso seria muito bom e natural, mas no campo isso pode ser até negativo pra ela. Porque os homens não estão acostumados a ela trazer recurso, uma vez aconteceu um concurso de receita, desculpa concurso de hortas, e a mulher que fizesse melhor com mais variedade, que a horta ficasse mais bonita, que ela conseguisse conduzir da melhor forma ganhava o concurso. E a intenção é que ela produzisse pro consumo da família né, e pra a diversidade, só que o que aconteceu, começou a produzir algumas hortaliças, alguma coisa começou a vender, e aí o marido começou a se incomodar, porque ela começou a trazer dinheiro pra casa. Então a gente tem que explicar isso pra ela e ver até que ponto a gente tá ajudando ou atrapalhando, porque as vezes o grupo ali familiar não tá preparado pra isso, então tem que ter um cuidado uma sensibilidade pra não impactar na vida daquela mulher, ótimo pra ela ganhar a renda né, mas a família pode não tá preparada então talvez tenha que ter um jogo de cintura nisso, e até já aconteceu da mulher tipo não quero mexer com isso aqui, porque o marido ficou bravo, porque tem, é muito forte o machismo no campo né, tem muito isso de o homem ser o provedor e de repente a mulher que tá vendendo, ela que tá vendendo e as pessoas tão procurando pelo produto dela. E acho que não é algo que ele enxerga que a gente tá ganhando, é tipo porque que ela tá ganhando dinheiro ali, ele que tem que fornecer, então assim é uma coisa bem enraizada do machismo, e é muito complicado porque são pessoas com uma educação mais baixa, não tem muito conhecimento, tudo que a gente vai introduzir a gente tem que ir com cuidado.” (E07)

Por outro lado, os dados da pesquisa realizada por Bezerra et. al. (2019) indicaram que a participação das mulheres na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu e sua interface com a agroecologia, proporcionou ampliação da renda e reforçou a produção agroecológica, naturalmente promovendo novas relações sociais para as mulheres com melhora da autoestima e autoconfiança. Contudo, esse empoderamento da mulher também causa uma relação contraditória com o marido que se considera único provedor da casa, conforme relatado pelo entrevistado E07.

Além disso, Waltz et al. (2016) argumentam que realmente ocorrem mudanças na dinâmica de gênero à medida que uma fazenda familiar tradicional se move para estratégias alternativas de reprodução, e que esses respectivos papéis podem empoderar e/ou *desempoderar* as mulheres.

Na busca por compreender as percepções de diferentes atores, a entrevista realizada com pesquisadoras trouxe pontos sensíveis à análise proposta nesta pesquisa. Qual a percepção, como pesquisadora, a respeito do papel desempenhado pelas mulheres rurais nas produções orgânicas e de base agroecológica atualmente no Brasil e no mundo? A **Pesquisadora**, entrevistada 11, coloca que:

“As mulheres pelo perfil de preocupação com a nutrição dos filhos e família e por seu potencial organizacional desempenham papel de excelência e se destacam em grande parte das famílias de produtores agroecológicos.” (E11)

Reforçando essa colocação Izolani et al. (2022) mencionam que as mulheres são consideradas guardiãs de saberes milenares sobre alimentação, além de cumprirem um importante papel na preservação da biodiversidade. Aliado a isso, são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos saudáveis, contribuindo para o desenvolvimento econômico e agrícola sustentáveis, em especial, no que diz respeito à promoção da segurança alimentar. Não obstante, embora sejam a peça-chave para o alcance deste direito fundamental, as mulheres representam a parte mais afetada pela fome e pela desnutrição.

A **Pesquisadora**, entrevistada 12, aborda um ponto sensível ao relatar o papel fundamental desempenhado por mulheres quando fala de atividades que exigem destreza e cuidado no plantio:

“A mulher tem e sempre teve um papel fundamental na produção no Brasil e no mundo. Seja trabalhando diretamente nos cuidados do campo, seja trabalhando nos cuidados de suporte da casa e da família. No Brasil, é sabido que várias atividades, por exemplo, plantio dos bulbilhos de alho, devem ser realizados com sutileza e delicadeza, virtudes estas identificadas e relacionadas diretamente ao trabalho da mulher. No mundo, em outros países, como por exemplo, na região dos Andes, o papel da mulher é fundamental para a conservação das sementes, uma vez que a semente é o principal presente de uma mãe para uma filha no dia do casamento, como símbolo da continuidade da vida.” (E12)

Gênero e as preocupações ambientais de jovens agricultoras: as jovens agricultoras fazem a diferença na agricultura familiar? Foi um questionamento feito por Unay-Gailhard; Bojnec (2021) que vem ao encontro justamente com a questão das atividades específicas e melhor executadas pelas mulheres nas unidades produtivas, em alinhamento ao relato da pesquisadora entrevistada.

Quando a pesquisa busca compreender, sob o ponto de vista das pesquisadoras, se as políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero são assertivas para promover o reconhecimento do trabalho feminino no meio rural, principalmente nas produções orgânicas, a resposta de ambas as pesquisadas é de que não são eficientes. Com a entrevistada 12 sendo categórica ao afirmar que:

“Não, de forma alguma. As políticas de igualdade de gênero são completamente ineficientes e incapazes de atender a demanda relativa ao quadro histórico de

desigualdade no país. Isso não diz respeito somente ao campo, mas, especialmente aí, o trabalho da mulher é mais invisibilizado ainda. Estamos muito longe de valorizar o trabalho no campo como um todo e mais ainda, de valorizar e reconhecer o trabalho da mulher nas atividades agropecuárias. Na produção orgânica, o tema deveria ser mais reconhecido, mas, ainda assim, nossas leis, normativas e políticas públicas seguem sendo muito frágeis com relação às questões de gênero.” (E12).

Esse relato abordado também pela entrevistada 12 foi muito bem descrito por Lisboa e Lusa (2010), a partir de uma pesquisa realizada em três países (Brasil, México e Cuba), ressaltando o protagonismo das mulheres camponesas junto à produção de alimentos e ao manejo de recursos naturais; a força dos movimentos de mulheres camponesas na conquista de direitos; comprovando a decisiva participação das mulheres na definição e propostas de políticas públicas que garantam a equidade de gênero no meio rural.

## 5.5 Análise de Conteúdo

Através do software Iramuteq realizaram-se análises que possibilitaram observar as primeiras descrições apresentadas, conforme tabela 6. O Corpus geral foi constituído por 15 textos, separados em 75 Segmentos de Textos (ST), de onde emergiram 2.510 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 905 palavras distintas e 572 com uma única ocorrência.

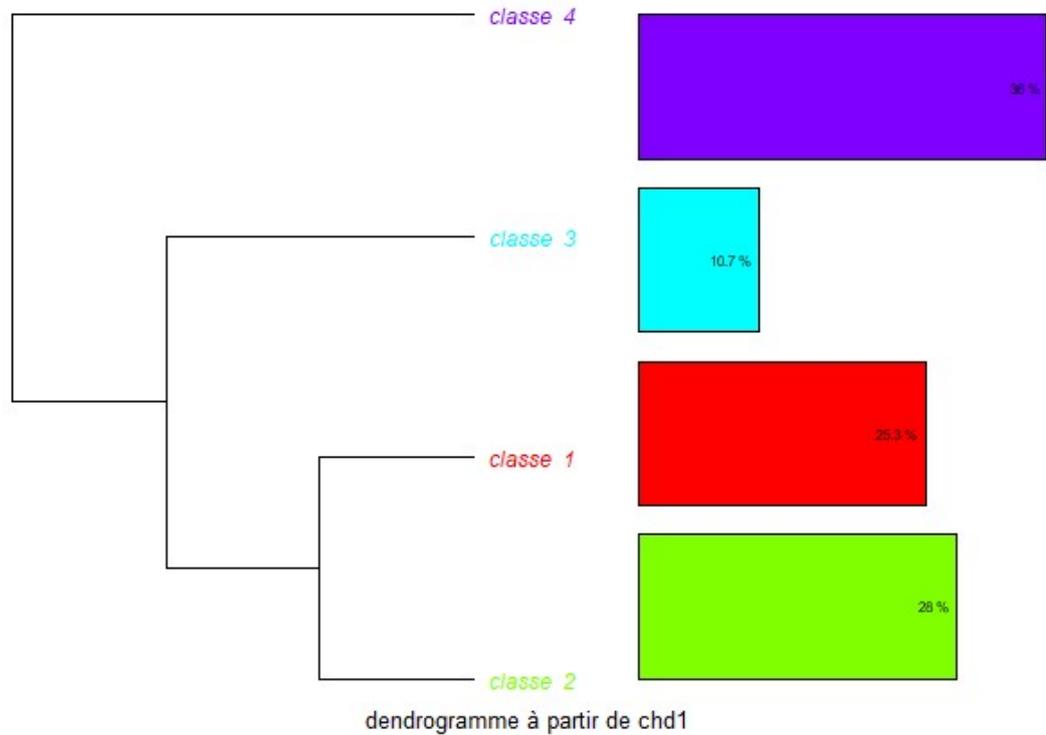
Tabela 6 – Descrição do Corpus das entrevistas.

<b>Descrição</b>	<b>N</b>
Número de textos	15
Número de segmentos de texto	75
Ocorrências	2510
Número de formas	905
Número de hápax	572 (63,20% de formas e 22,79% de ocorrências)

Fonte: elaborado pela autora com software Iramuteq (2024).

Para melhor visualização das classes, um dendrograma ilustrando a estrutura hierárquica da organização foi formulado, incorporando a compilação de itens de vocabulário obtidos de cada categoria como resultado da análise estatística do qui-quadrado. Nesse contexto, há casos em que surgem expressões que exibem terminologia comparável entre si e terminologia distinta de outras categorias. A seguir serão descritas, operacionalizadas e exemplificadas de forma sucinta cada uma dessas classes emergidas na Classificação Hierárquica Descendente (figura 10).

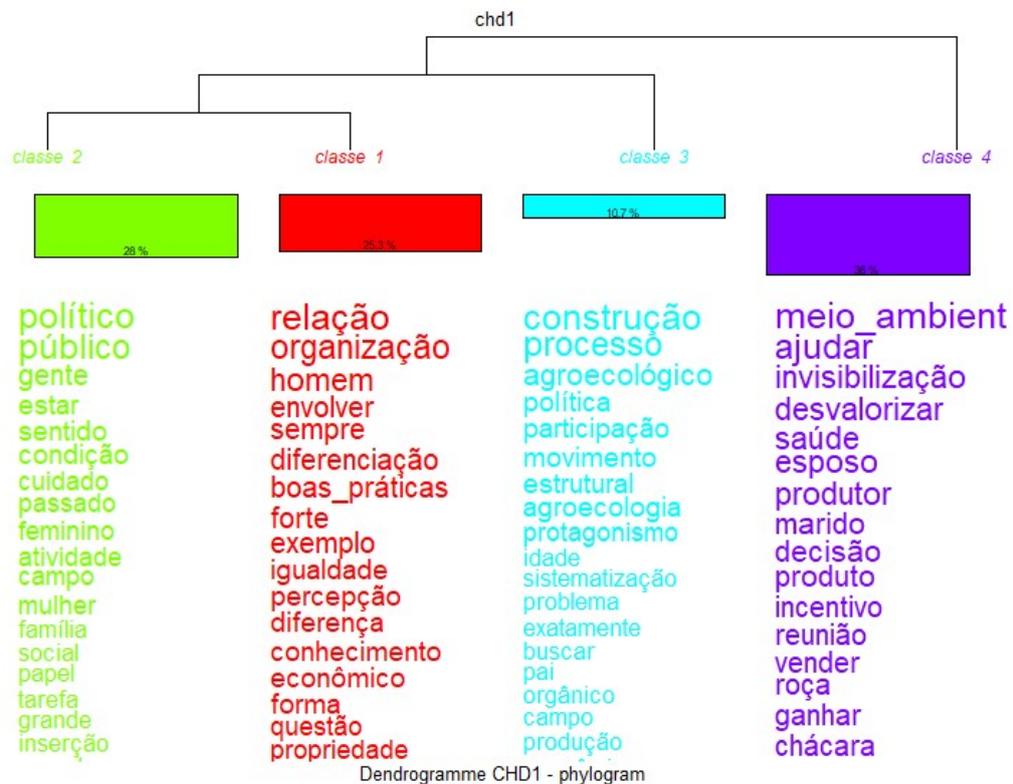
Figura 10 – Dendrograma simplificado das entrevistas.



Fonte: elaborado pela autora com software Iramuteq (2024).

Outra forma de apresentação do dendrograma pode ser observado na figura 11, que apresenta as partições que foram feitas no corpus até que se chegasse às classes finais. A leitura é feita de cima para baixo, no qual são apresentadas as formas ativas contidas nos segmentos de textos associados a cada classe.

Figura 11 – Dendrograma completo com as palavras de maior ocorrência nas classes estabelecidas.



Fonte: elaborado pela autora com software Iramuteq (2024).

**Classe 1 – Habilidades:** compreende 25,3% do corpus total analisado. Essa classe é composta por palavras como conhecimento, boas práticas, organização, exemplo. Na fala das extensionistas rurais, é demonstrada a percepção de que o trabalho desenvolvido pelas mulheres é percebido com maior nível de qualidade. Abaixo, alguns trechos das falas que exemplificam a utilização destas palavras:

“O que eu vejo é que as mulheres são mais atentas, essa é minha percepção. Então assim, por exemplo, eu já trabalhei em propriedades que tem agroecologia e eu tava orientando sobre boas práticas agroecológicas, organização da propriedade, limpeza dos arredores e das vezes que tinha a mulher a gente conseguia uma organização, tinha uma resposta melhor pelo menos com relação a organização. Geralmente dentro de casa é organizado e quando a mulher assume também essa questão das boas práticas aí a gente tem outro resultado.” (E07)

**Classe 2 – Família:** compreende 28% do corpus analisado. Essa classe é composta por palavras como cuidado, família, tarefa, feminino. Na análise realizada, verificou-se que estão elencadas as tarefas desempenhadas no trabalho doméstico das entrevistadas.

“Lá em casa o pessoal não me ajuda. Meu marido também não quer saber dessa parte assim, aí ele reclama que eu participo de um monte de coisa, faço um monte de coisa e não faço coisa pra casa, aí eu falo mas eu faço as coisas, deixo tudo ajeitadinho pra família, ele é bem machista. Mas eu tenho que me dobrar e desdobrar pra poder atender todo mundo. O cuidado é só do lado feminino.” (E02)

**Classe 3 – Agroecologia:** na classe 3, com 10,7% do corpus sob análise, o uso de palavras como construção, agroecológico, protagonismo e orgânico surgem nas entrevistas com os agentes de políticas públicas conforme trechos abaixo.

“Nos Movimentos Orgânicos e Agroecológicos as questões de gênero são tratadas como pautas obrigatórias no desenho das políticas públicas e nas ações de fomento. Portanto, acredito que a Produção Orgânica promove uma transformação, que busca o equilíbrio e o reconhecimento do trabalho da mulher e do homem do campo.” (E13)

“Não que as mulheres não tenham uma participação importantíssima na agricultura convencional, mas o protagonismo das mulheres, seja ele político, econômico, ele se dá de uma forma muito mais visível no campo agroecológico.” (E15)

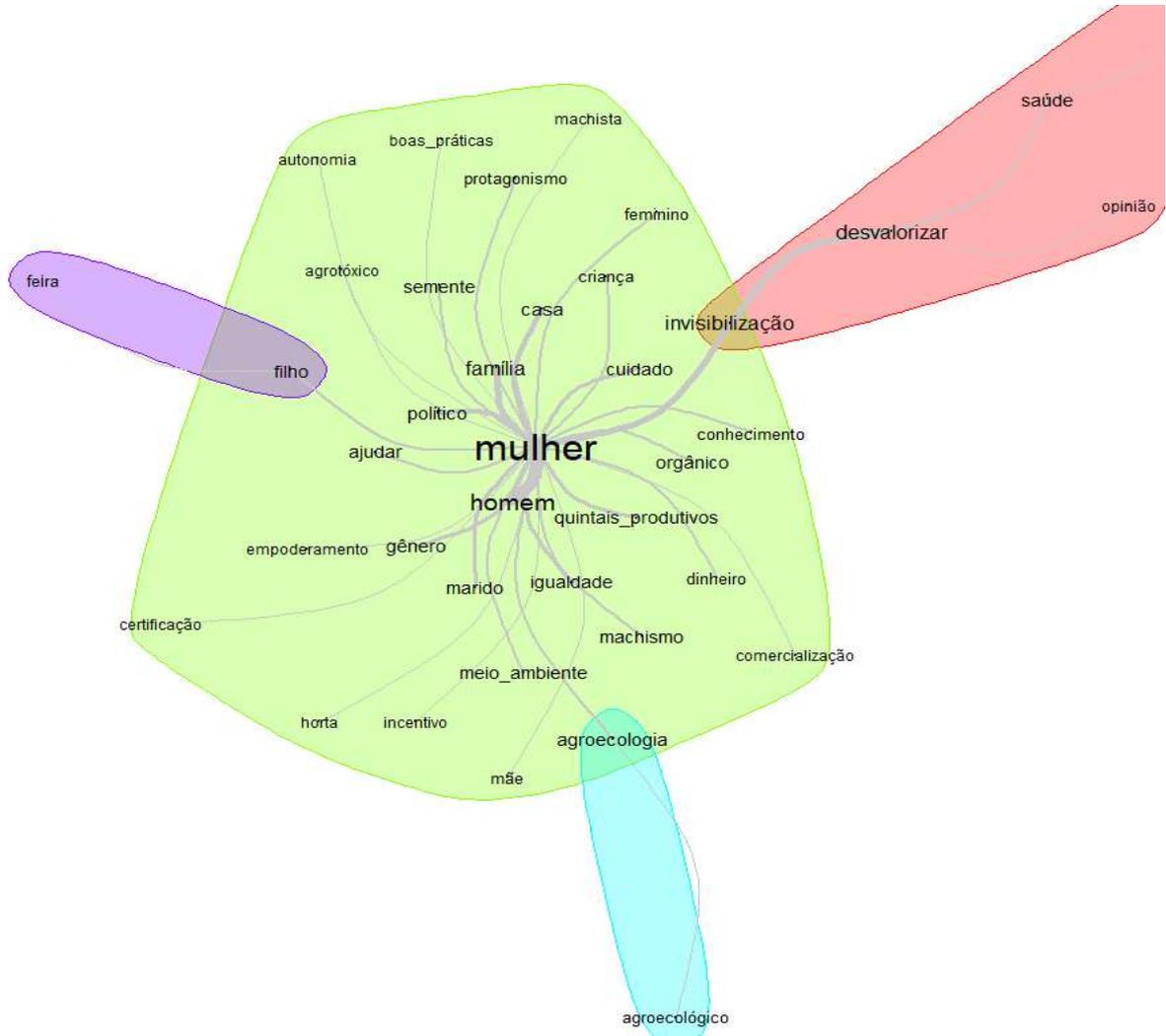
**Classe 4 – Preocupações das agricultoras orgânicas:** na classe 4, com 36% do corpus analisado, tem-se a composição de palavras que demonstra a série de preocupações que cercam o cotidiano das agricultoras, emergem as palavras meio ambiente, saúde, esposo, vender, roça.

“Geralmente, depende do dia, mas eu acordo cinco horas da manhã e durmo meia-noite, eu durmo pouco. De sábado as vezes eu nem durmo porque tem que acordar umas três horas, eu tenho que preparar as coisas pra trazer aqui pro CEASA, pra minha feira. De manhã cedo ainda tenho que fazer as tarefas de casa, aí eu preparo uma marmitta pra minha filha e meu esposo depois vou pra roça, porque eu moro na cidade, mas eu vou pra chácara 3 vezes na semana e eu tenho as outras atividades, como aqui vender aqui no mercado orgânico.” (E03)

“Trabalhar na produção orgânica teve muito impacto positivo na minha vida. Criei meus filhos com o conceito do que é alimentação e respeito ao meio ambiente. Na minha mesa sempre valorizo a qualidade da comida. Comer bem, não abrimos mão. Levei muita gente para o sindicato de orgânicos, converti muita gente na feira de produtores pro orgânicos. Porque tem muita gente que não vive o conceito do produto orgânico. Produção orgânica não é para qualquer um, é para pessoas ímpares, tem que viver o conceito.” (E01)

Na Análise de Similitude (AS) da figura 12, verifica-se o surgimento de palavras com alta representatividade, o que revela ligações pertinentes ao relacionar a palavra “cuidado”, “casa”, “esposo”. Onde podemos inferir que são as tarefas de cuidados com a família um ponto relevante que merece análise por não ser uma atividade de geração de renda, e que não é percebida como horas trabalhadas pelos integrantes da família. A AS demonstra quais são as raízes centrais de cada tema abordado e suas ramificações.

Figura 12 – Análise de Similitude das entrevistas.



Fonte: elaborado pela autora com software Iramuteq (2024).

Observa-se a relação existente no discurso da palavra mulher ser utilizada ligada a termos como cuidado, filhos e maternidade, conforme Figura 12. Os atores entrevistados também revelam, através de seu discurso, a desvalorização que as atividades desempenhadas pelas mulheres passam. Para além da desvalorização, é percebida a invisibilidade da qual essas mulheres são alvo. Da fala dos entrevistados emergem termos como machismo, sendo possível concluir que não somente a natureza do trabalho, mas também as características da cultura do país e das organizações sociais e de trabalho impactam na valoração da mulher que executa suas atividades laborais no contexto da agricultura orgânica de base agroecológica.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa demonstrou-se que a cultura patriarcal e o machismo estrutural ainda impactam fortemente na vida das agricultoras, que percebem de seus próprios companheiros, maridos e vizinhos uma limitação em compreender suas habilidades e reconhecer o valor do trabalho desempenhado pelas mulheres.

Os agentes/formuladores de políticas públicas demonstram consciência do quanto ainda é preciso avançar na efetividade das políticas já existentes, sem deixar de considerar os incentivos que precisam existir para dar suporte às mulheres rurais e seu trabalho essencial na produção orgânica.

Após analisar estudos sobre a divisão do trabalho por gênero na agricultura familiar no Brasil pode-se concluir que as mulheres ocupam uma posição de subjugamento e seu trabalho aparece principalmente como “apoio” ou “assistência”, mesmo quando trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades dos homens. O resultado é que as mulheres trabalham em jornadas exaustivas ao acumular os serviços domésticos com o serviço diretamente agrícola, mas sem o reconhecimento necessário, não são percebidas/vistas pela sociedade, e muitas vezes nem por si mesmas, como prontas para administrar a propriedade agrícola.

Diante dos dados apresentados ao longo dessa pesquisa, conclui-se que para fortalecer a produção de orgânicos no país e combater a desigualdade de gênero que as mulheres sofrem, deve haver por parte do Estado um reforço nas políticas públicas existentes, e ir além, promover na sociedade uma conscientização tanto dos benefícios do produto orgânico para quem se alimenta dele, quanto para o meio ambiente e para a sociedade que ganha em índices de desenvolvimento humano ao promover igualdade de gênero e consciência ambiental na população.

Dessa forma, transformações estão em curso, e o caminho agroecológico e a busca pela igualdade de gênero são pautas indissociáveis. As mulheres rurais estão construindo sua autonomia através de seu trabalho, além de contribuírem de maneira significativa para a economia das famílias com a produção de alimentos que garantem a qualidade e a regularidade das refeições cotidianas. As agricultoras detêm grande parte dos conhecimentos tradicionais no que se refere as plantas, sementes e técnicas de plantio, sendo responsáveis pela reprodução de tais práticas e saberes em suas propriedades, contribuindo para a manutenção da cultura local e para o fortalecimento da agroecologia.

Esse estudo precisa ser compreendido dentro de alguns limites. Primeiro, pela

dificuldade de acesso aos pesquisadores e formuladores de políticas públicas no momento do estudo de campo para a realização das entrevistas. Sendo assim, é proposto, para estudos futuros, a ampliação e diversificação do público-alvo aqui estudado, além de pesquisas que avaliem o impacto e eficácia da implementação de políticas públicas voltadas a promover equidade de gênero.

Apesar das mulheres demonstrarem em inúmeros estudos serem versáteis e equilibrar com profissionalismo a economia doméstica, como dito anteriormente, o trabalho de cuidadora de crianças e idosos e o trabalho no campo com gestão dos recursos naturais, ainda é desvalorizado e são poucas que têm a oportunidade de participarem ativamente dos processos de decisão referentes à produção e a propriedade.

O presente trabalho tem potencial para gerar impacto importante nos seguintes pontos:

- i) Dá visibilidade a um assunto ou tema de pesquisa pouco explorado e, em especial no campo da agricultura orgânica e da agroecologia;
- ii) Gera subsídios para a construção ou fortalecimento de políticas públicas para o setor da produção orgânica, o que conseqüentemente deve impactar a renda das mulheres;
- iv) Impacta a saúde humana e a saúde dos Agroecossistemas;
- v) Contribui para consolidação de uma linha de pesquisa ou para o desenvolvimento dela.

## 7 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. V. P. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 261-295, 2016.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- AUBIN, L.; BUTTO-ZARZAR, A.; CAVALCANTI, J. S. B. Soberania alimentar, agroecologia e gênero. Contribuições com base em pesquisa realizada no agreste de Pernambuco. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 15, n. 3, p. 1-14, 2020.
- AZEVEDO, V. *et al.* Transcrever entrevistas: questões conceituais, orientações práticas e desafios. **Revista de Enfermagem Referência**, Coimbra, v. 4, n. 14, p. 159-167, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, G. S. de C. **Agronegócio: conceito e evolução**. Piracicaba: CEPEA, 2022.
- BENÍTEZ, B. *et al.* Empoderando as mulheres e construindo sistemas alimentares sustentáveis: um estudo de caso do projeto de inovação agrícola local de Cuba. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, Lausanne, v. 4, 2020.
- BEZERRA, A. G. C. *et al.* Mulheres, gênero e agroecologia na feira de agricultura familiar de São José de Mipibu. **Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Dois Irmãos, v. 2, n. 15, p. 66-97, 2019.
- BURG, I. C.; LOVATO, P. E. **Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero**. **Cadernos de Agroecologia** [Volumes 1 (2006) a 12 (2017)], v. 2, n. 1, 2007.
- ORMOND, J. G. P. *et al.* Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, 2002.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2023.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- BRUMER, A. Gender relations in family-farm. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 35, n. 6, p. 11-28, 2018.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CÂMARA, A. A. F.; SOARES, P. B. D.; ZAVATÁRIO, L. C. Agroecologia e emancipação

de gênero: Protagonismo das mulheres do assentamento Osvaldo de Oliveira. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 9, p. e806998104-e806998104, 2020.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CAPPELLIN, P. G. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. *In*: Silva, E. M. *et al.* (org.). **Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo**. São Paulo: CUT, 1990.

CASTRO, I. G. de. Movimento Sufragista: o que foi e qual o impacto no Brasil? **Politize**, 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-sufragista-o-que-foi-e-qual-o-impacto-no-brasil/>>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CAUMO, A. J.; STADUTO, J. A. R. Produção orgânica: uma alternativa na agricultura familiar. **Revista Capital Científico-Eletrônica**, Guarapuava, v. 12, n. 2, p. 45-64, 2014.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **O mercado de produtos orgânicos: mecanismos de controle**. Brasília: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, 2015.

COSTA, M. B. B da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

EMATER. Semana do Alimento Orgânico incentiva produção e consumo no DF. **Emater – Governo do Distrito Federal**, 2021. Disponível em: <https://www.emater.df.gov.br/semana-do-alimento-organico-incentiva-producao-e-consumo-de-organicos-no-df/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

EMBRAPA. **Observatório das Mulheres Rurais no Brasil**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil/dados>. Acesso em: 10 mar. 2024.

EMBRAPA. **Pesquisa apresenta panorama global da produção de alimentos orgânicos em países de cinco continentes**. Jaguariúna, 2021. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-denoticias/-/noticia/65087075/pesquisa-apresenta-panorama-global-da-producao-de-alimentosorganicos-em-paises-de-cinco-continentes>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. *In*: BUTTO, A.; DANTAS, I (org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: MDA, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOLDIN, C; JARNESTAD; J. The Sveriges Riksbank Prize in Economic Sciences in

Memory of Alfred Nobel 2023. **The Nobel Prize**, 2023. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/2023/popular-information/>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

IZOLANI, F. I.; ANGELIN, R.; CERVI, J. R. Segurança alimentar e mulheres: uma abordagem sobre a relação entre políticas públicas de igualdade de gênero no campo e os objetivos do desenvolvimento sustentável. **Revista Pensamento Jurídico**, Pinheiros, v. 16, n. 3, 2022.

JESUS, E. L. Diferentes Abordagens de Agricultura Não-Convencional: História e Filosofia. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. (org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica. v.1, p. 21-49, 2005.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303-320, 2014.

LAGO, A. A. C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Funag e IRBr, 2006.

LASKE, E.; MICHEL, S. Qual a contribuição da agroecologia para a criação de empregos na África Subsaariana? O caso da horticultura em Niayes, Senegal. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, Filadepkua, v. 46, n. 9, p. 1360-1385, 2022.

LEAL, L. *et al.* Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 7, n. 14, 31-54, 2020.

LISBOA, T. K.; LUSA, M. G. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero-Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, p. 871-887, 2010.

LOPES, A. da S. *et al.* A tecnologia social da agroecologia como forma de empoderamento feminino. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 16, n. 1, 2021.

MACHADO, R. M. *et al.* Projeto de fortalecimento da agroecologia e produção orgânica nos SPGS e OCSS brasileiros. **Caderno PROAPO**, Pouso Alegre, n. 3, 2016.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. Regularização da Produção Orgânica. **Gov.br**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao-organica/regularizacao-da-producao>. Acesso em: 5 abr. 2024.

MARQUES, T. C. de N. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

MARTINS, J. L. D. *et al.* A general overview of organic food trade in the Federal District: Panorama geral da comercialização de alimentos orgânicos no Distrito Federal. **Concilium**, Coventry, v. 23, n. 10, p. 489-508, 2023.

MDS – Ministério da Cidadania e Desenvolvimento Social. O que é a modalidade Compra Institucional? **Portal do Governo Brasileiro**, 2019. Disponível em:

<https://antigo.desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/inclusaoprodutivarural/paa/paa-ci/perguntas-frequentes/o-que-e-a-modalidade-compra-institucional> >. Acesso em: 3 fev. 2024.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. Revista de Nutrição, v. 21, p. 145s-158s, 2008.

MESTMACHER, J.; BRAUN, A. **Mulheres, agroecologia e o estado: Novas perspectivas sobre a expansão da agroecologia com base em uma pesquisa de campo no Chile**. Agroecologia e sistemas alimentares sustentáveis, v. 45, n. 7, p. 981-1006, 2021.

MIGUEL, S. M. **A política de cotas por sexo: Um estudo das primeiras experiências no Legislativo brasileiro**. Brasília: CFEMEA, 2000.

MOREIRA, S. L. de S.; FERREIRA, A. P.; SILIPRANDI, E. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. In: SÁNCHEZ, G. P. Z.; CATAFORA-VARGAS, G.; SILIPRANDI, E. (org.). **Agroecología en femenino**, La Paz: Editorial e Imagen Publicitaria, 2018.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, p. 731-747, 2011.

NEGRETTO, C.; SILVA, M. A. da. Problematizando o trabalho invisível das mulheres e a divisão sexual de trabalho no campo: uma parceria entre educação popular e feminismo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 3, n. 4, p. 1184-1201, 2018.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Guia para a Formulação de Políticas Nacionais de Emprego. **ILO Publications**, 2012. Disponível em: [https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed\\_emp/@emp\\_policy/documents/publication/wcms\\_214960.pdf](https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@ed_emp/@emp_policy/documents/publication/wcms_214960.pdf). Acessado em: 03 jul. 2024.

ONU – Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova Iorque: ONU, 2015.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J.L.; RESENDE, L.M. Methodi Ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citations, and year of publication. **Scientometrics**, Budapest, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, 2015.

PAULILO, M. I. S. **Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 927-940, 2010.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 229-252, 2004.

PERDUE, A. Man up or go home: Exploring perceptions of women in leadership. **Marquette Law Review**, Milwaukee, v. 100, p. 1233, 2016.

PEREIRA, J. A. de A. **Conhecimento local e uso de plantas medicinais no Assentamento Silvio Rodrigues – Alto Paraíso (GO)**. 2023. Dissertação (Mestrado em Agronegócios), Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PETRY, C. A.; CORDEIRO, J. A. Produção e o consumo de alimentos orgânicos. Contribuições acadêmicas, econômicas e sociais. **Extensão em foco**, Curitiba, n. 27, 2022.

PRETTY, J. N. *et al.* Farm costs and food miles: an assessment of the full cost of the UK weekly food basket. **Food Policy**, New York, v. 30, n. 1, p. 1-19, 2005.

RAMIRO, R. C. As Agendas ODS no Plano Plurianual 2016-2019. **Boletim de Análise Político-Institucional (IPEA)**, Brasília, n. 28, p. 1-10, 2021.

REISSING, L., KOHLER, A.; ROSSIER, R. Carga de trabalho em fazendas familiares orgânicas e convencionais na Suíça. **Organic Agriculture**, [s. l.], v. 6, p. 225-242, 2016.

ROSSI, G. B.; SERRALVO, F. A.; JOAO, B. N. Análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 39-48, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, violência, patriarcado**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. W.; LOURO, G. L.; SILVA, T. T. da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SESC. MARÇO DELAS: CONHEÇA A TRAJETÓRIA DAS LUTAS PELOS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL. **Portal SESC RJ**, 2021. Disponível em: <https://www.sescrj.org.br/noticias/assistencia/marco-delas-conheca-a-trajetoria-das-lutas-pelos-direitos-das-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2015.

SILVA, F. R. F. Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul-PR. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 39, 2016.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, L. X. da; BENITES, M. E. R. Autonomia feminina no campo. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 12, p. 141-164, 2022.

SOARES, J. P. G. *et al.* Cadeia produtiva de alimentos orgânicos. *In*: MEDINA, G. da S.; CRUZ, J. E. (org.). **Estudos em agronegócio: participação brasileira nas cadeias produtivas**. Goiânia: Kelps, 2021, p. 279-308, v. 5.

SYLVESTER, O.; LITTLE, M. “I came all this way to receive training, am I really going to be taught by a woman?” Factors that support and hinder women’s participation in agroecology in Costa Rica. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, Filadélfia, v. 45, n. 7, p. 957-980, 2020.

TASSI, E. M. M.; BEZERRA, I. A soberania alimentar que desperta e aprofunda os saberes em direitos por terra, por comida de verdade e por igualdade de gênero. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, MG, p. 42-52, 2020.

TREVILLA-ESPINAL, D. L. *et al.* Agroecologia feminista: analisando as relações de poder nos sistemas alimentares. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, Filadepkua, v. 45, n. 7, p. 1029-1049, 2021.

UNAY-GAILHARD, Í.; BOJNEC, Š. **Gender and the environmental concerns of young farmers: Do young women farmers make a difference on family farms?** *Journal of Rural Studies*, Londres, v. 88, p. 71-82, 2021.

WALTZ, A. The women who feed us: Gender empowerment (or lack thereof) in rural Southern Brazil. **Journal of Rural Studies**, Londres, v. 47, 2016.

WHATMORE, S. Life cycle or patriarchy? Gender divisions in family farming. **Journal of Rural Studies**, Londres, v. 7, n. 1-2, 1991.

## **APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada destinado à produtora rural de orgânicos do DF.**

### **Identificação da pesquisa**

Data:

Hora de início:

Hora de término:

Local:

### **Identificação da entrevistada**

Nome da entrevistada:

Nome do estabelecimento rural:

Função que exerce na propriedade:

## **1. Rotinas e dia a dia**

1. Quais atividades e trabalhos você desempenha normalmente no seu dia a dia, desde a hora que acorda até a hora que vai dormir? Quantas horas de trabalho diário em média?

2. Você participa das reuniões com outras agricultoras e agricultores? Qual a frequência?

3. Sua opinião é levada em consideração nas tomadas de decisão a respeito do que plantar ou decisões ligadas a melhoria da propriedade?

4. Como você acha que o Estado pode apoiar mais a participação feminina na agricultura familiar brasileira, inclusive tratando-se de produção orgânica?

5. Recebe apoio de outras mulheres e de homens de sua família ou convívio na realização de suas atividades?

## **2. Percepções e Opiniões sobre a produção orgânica**

6. Você conhece os Programas e Políticas Públicas (PAA, PNAE, PAPA-DF) que já existem para estimular a participação das mulheres rurais e para produtos orgânicos? Participa de algum?

7. Possuir uma produção orgânica teve qual impacto positivo, negativo ou nenhum

impacto na sua vida?

8. Quais gastos aumentaram e quais diminuíram com a mudança para produção orgânica?

9. Qual valor da renda mensal da família? Quanto desse valor é gerado com a comercialização dos produtos orgânicos?

10. Você exerce influência nas decisões sobre a produção orgânica em sua propriedade? Produção, aquisição de insumos, vendas...

11. Gostaria de acrescentar algo, que eu não perguntei, mas você acha interessante falar?

## **APÊNDICE B – Produtores**

1. Você acha que a opinião das mulheres é levada em consideração, da mesma forma que a opinião dos homens? Se não, de que forma você percebe essa diferença?

2. Você oferece apoio às mulheres da sua família ou do seu convívio, na realização das atividades da casa, como por exemplo, limpeza da casa, preparo da alimentação, cuidado com as crianças e idosos?

3. Conhece alguma mulher que participe de algum Programa e Políticas Pública (PAA, PNAE, PAPA-DF)?

4. As mulheres da sua família também possuem poder de decisão sob esses mesmos aspectos?

### **APÊNDICE C – Pesquisadora (o)**

1. Qual a sua percepção como pesquisadora (o), a respeito do papel desempenhado pelas mulheres rurais nas produções orgânicas e de bases agroecológicas atualmente no Brasil e no mundo?

2. Sob a sua perspectiva, as políticas públicas, voltadas para as desigualdades de gênero, são assertivas para promover o reconhecimento do trabalho feminino no meio rural, principalmente nas produções orgânicas? Se sim, de que forma?

### **APÊNDICE D – Agente/Formuladora (o) de Políticas Públicas**

1. Quais são suas percepções quanto ao trabalho desempenhado pelas mulheres rurais, especificamente na produção orgânica? Há pontos divergentes do trabalho dos homens comparado ao das mulheres?

2. Quais os desafios das políticas públicas que objetivam a promoção da igualdade de gênero?

### **APÊNDICE E – Extensionista Rural**

1. Ao realizar as visitas técnicas você se preocupa em transmitir as orientações sempre a ambos os gêneros trabalhadores da propriedade?
2. As mulheres rurais demonstram conhecimento mais amplo ou menor que o dos homens?
3. Há espaço para as mulheres rurais tirarem dúvidas e/ou aprenderem durante as visitas de extensão?

## APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

Prezada (o), participante!

A entrevista a seguir faz parte de uma pesquisa que eu, Marília Mergulhão de Freitas, administradora, estou desenvolvendo no âmbito de Mestrado no Programa de Pós-graduação em Agronegócios da Universidade de Brasília (UnB), sob a orientação do Prof. João Paulo Guimarães Soares e da Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Resende Junqueira.

O estudo tem como objetivo realizar uma análise sobre o perfil e o impacto das mulheres rurais do DF nas produções orgânica e de base agroecológica (produtoras, lideranças). Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a compreensão do impacto que o trabalho desempenhado pelas mulheres rurais traz às produções orgânicas e como essa presença dialoga com o desenvolvimento rural. Identificado o panorama dessas trabalhadoras no DF e entorno, será possível realizar um diagnóstico desse trabalho feminino.

Essa entrevista está prevista para ser realizada e concluída em 2 visitas ao estabelecimento rural, levando cerca de 40 minutos para cada visita. A sua participação como produtora rural é muito importante para dar continuidade a este estudo. A entrevista será gravada utilizando aparelho *smartphone* e aplicativo de transcrição simultânea. Sua participação é de caráter voluntário e é assegurado que suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial (seu nome não será divulgado), sendo utilizadas unicamente para fins científicos. A senhora pode também se recusar a responder qualquer questão que lhe traga algum tipo de constrangimento.

A análise dos dados será realizada de modo a respeitar a sua opinião, sendo fiel às suas manifestações, não emitindo juízos de valor sobre as respostas dadas. Para mais informações, sugestões ou comentários poderá enviar um e-mail para: [mariliamergulhao@gmail.com](mailto:mariliamergulhao@gmail.com) ou entrar em contato através do telefone: (61) 98197-0603.